

Reforma agrária no sudeste do Pará:
o caso do projeto de assentamento Rainha¹
Agrarian reform in southeastern state of Pará:
the case of Rainha settlement project

Sônia Barbosa Magalhães²

Resumo: Com este texto, busca-se refletir sobre a implantação dos *projetos de assentamento de reforma agrária*, a partir da análise do Assentamento Rainha, no sudeste do estado do Pará, Amazônia Oriental. Privilegia-se a reflexão sobre o modo como o projeto de assentamento é vivido pelos próprios *assentados*, buscando desvendar as suas leituras e expectativas sobre o projeto governamental. Revelam-se, com esta análise, a dinâmica territorial local, a situação específica de assentamentos que foram criados mais de uma década após a ocupação da terra e a forma como os *benefícios do projeto* são atualizados, considerando o contexto local e a situação do grupo doméstico *beneficiário*.

Palavras-chave: Assentamento. Reforma agrária. Camponato. Amazônia brasileira.

Abstract: This text aims at reflecting about the implementation of agrarian reform settlement programs, based on the analysis of Rainha Settlement in the southeast of the State of Pará, eastern Amazon. The analysis reflects on how the settlement project is lived by those "settled people" themselves, and tries to unveil their understandings and perspectives on the governmental project. This analysis reveals the local territorial dynamics and the specific situation of settlements created more than a decade after the land occupation. Also, the article sees the ways by which the "project benefits" are reconsidered, considering the local context and the situation of domestic group of "beneficiaries".

Key words: Settlement. Agrarian Reform. Peasantry. Brazilian Amazon.

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada como Relatório Científico do projeto "A vivência da Reforma Agrária", coordenado pelo Professor José de Souza Martins. Ver Martins (2003) e Magalhães (2002 e 2003).

² MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi. Pesquisadora aposentada (sm.mag@globocom.com).



Os números referentes à criação de assentamentos e às famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no período 1994-2003, têm sido enfatizados em grande parte dos documentos produzidos por este Instituto e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como expressão da política de reforma agrária levada a cabo nos últimos cinco a seis anos. Fazendo contraponto a estes números, alguns autores têm chamado a atenção para a diversidade de situações que são classificadas no discurso governamental como assentamento, problematizando e questionando a abrangência e a eficácia daquela política.

Todavia, mesmo com o reconhecimento teórico da diversidade de situações, observa-se, nos diversos estudos que têm sido realizados sobre a atual política de reforma agrária e nos debates que se travam sobre o tema, que a ênfase na divulgação por parte do Estado do número de projetos de assentamento e de famílias assentadas corresponde também a uma espécie de modelo de processo de implantação de assentamento que se caracterizaria por três fases seqüenciais: acampamento, desapropriação e assentamento. Para estas fases compõe-se um pacote de ações pré-determinadas aplicável em qualquer situação; independentemente, inclusive, das defasagens temporais e espaciais que possam haver entre elas.

Se do ponto de vista político e mesmo do ponto de vista científico a hegemonia daquele modelo, cuja visibilidade política foi conquistada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tem seu significado e sua razão de ser, no que tange à execução da reforma esta hegemonia acaba, de um lado, por obscurecer a situação social de milhares de camponeses³ cuja luta pela terra tem outros marcos sociais, históricos e espaciais. E, de outro lado, acaba

por criar situações artificiais de assentamento e, no limite, de reforma agrária. Verifica-se, desse modo, quase uma substantivação da situação vivenciada pelos atores que mais se destacam na relação com o Estado, e, portanto, na arena política, preterindo-se e descaracterizando-se outras situações que não se enquadrariam naquele modelo.

Neste trabalho, procura-se analisar uma situação de assentamento diversa daquele modelo, situação por sua vez prevalecente na mesorregião sudeste do estado do Pará. Esta mesorregião é considerada área estratégica pelo INCRA e sedia uma Superintendência especial deste Instituto, em Marabá, desde 1996. Conforme INCRA/IICA (2001), no sudeste paraense, 84% dos assentamentos foram implantados a partir de 1995⁴. Grande parte destes assentamentos é resultado de ocupações realizadas a partir do final dos anos 70 e, especialmente, ao longo da década de 80, período em que esta região destacou-se pelo maior número de conflitos fundiários do país.

Nesta mesorregião, embora a implantação de assentamentos tenha iniciado em 1986, a atuação do INCRA como agente de regularização fundiária remonta a uma época mais remota, quando, com a construção da Rodovia Transamazônica, foi implantado o Programa Integrado de Colonização (PIC) em Marabá, 1972. Até 1980, quando foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), o INCRA foi o principal ator no processo de discriminação e arrecadação de terras devolutas desta região, em um movimento conhecido pela federalização das terras estaduais que acabaria em um processo que Martins (1984) chamou de militarização da questão agrária na Amazônia. Quando o INCRA volta a atuar na região,

³ Camponeses e pequenos produtores são utilizados neste texto como termos equivalentes, preservando a auto-denominação.

⁴ Sobre os efeitos da política de implantação de assentamentos no estado do Pará, está sendo realizada uma pesquisa coordenada pelo Prof. Jean Hébette, a quem agradeço a cessão dos dados e, especialmente, a oportunidade de muitas discussões sobre o campesinato na Amazônia e sobre este trabalho em particular.

com a extinção do GETAT em 1989, deslança, na metade da década seguinte, o processo de implantação de assentamentos. E é principalmente para aqueles ocupantes de terra de outrora que estes assentamentos serão implantados. Encontram-se, então, velhos conhecidos e velhas desconfianças.

Assim é que, no caso analisado, a implantação dos assentamentos é, de fato, uma ação tardia do Estado de reconhecimento de uma situação de reforma agrária promovida pelos camponeses há quase duas décadas. Esta ação, por sua vez, não é vivida, percebida ou reconhecida pelos camponeses como reforma agrária, no sentido de promoção do acesso à terra. Todas as ações voltadas para a implantação do assentamento são enquadradas no âmbito de um referencial mais amplo – os *direitos*⁵, assegurados pela efetiva ocupação, em um contexto de *terras livres*. *Direitos* que eles têm porque lutaram, conquistaram a terra e nela permaneceram ao longo de aproximadamente vinte anos. Para estes camponeses, o reconhecimento dos *direitos* não depende da intervenção estatal e, portanto, eles consideram que a ocupação da terra, no caso, a reforma agrária, foi feita por eles no passado, independentemente e contra o Estado. A ação atual de implantação do assentamento é vista como mais um *projeto*, dentre outros implantados, que depende de muita organização, luta e determinação.

DIREITOS e *PROJETO* são, portanto, duas categorias básicas que nucleiam a atual situação social vivenciada.

Para estes camponeses, *direitos* é uma categoria fundamental que organiza toda a prática de apropriação da terra e, além de historicamente assegurar todas as regras locais de posse e propriedade, constitui-se em uma representação de todas as situações sociais consideradas legítimas. E deste modo, de uma forma

quase metonímica, assim como o trabalho investido na terra confere o *direito* de posse da terra, a permanência na terra e a organização sociopolítica conferem o *direito* ao *projeto*.

Há uma ampla literatura que trata sobre os *direitos* entre os grupos camponeses do sudeste paraense, notadamente entre os migrantes que desde os anos 60 do século XX passaram a ocupar as denominadas *terras livres* da fronteira, de modo que neste trabalho é esta literatura o referencial básico⁶. Neste texto, procura-se evidenciar como os *direitos* não são apenas uma construção do pesquisador ou uma alusão às regras jurídicas de propriedade. No caso aqui analisado, os *direitos* encontram-se vinculados à experiência, mais especificamente à terra e ao projeto. Assim, o *direito à terra* não é uma abstração política, é a expressão de uma realidade concreta, cujo conteúdo não necessariamente se encontra atrelado às regras formais de propriedade.

Por *projeto* os camponeses designam o resultado concreto de iniciativas que se destinem a lhes trazer alguma *melhoria*. Conforme tentar-se-á mostrar, o *projeto* é algo pelo qual eles organizam-se e lutam. Logo, o *projeto* é também resultado de um trabalho coletivo. Como tal, tem uma concretude que se expressa em um papel, cuja elaboração depende da participação de pessoas ou organizações de fora do mundo camponês, sejam estas governamentais ou não-governamentais. Estes camponeses, com uma história de ocupação da terra à margem das ações do Estado, quando não muitas vezes em conflito com este, poucos apoios governamentais lograram obter ao longo de suas trajetórias. É assim que se destacam os apoios que obtiveram de Igrejas (no caso, Católica e Luterana) ou de organizações para-religiosas que incentivavam a organização e a consolidação dos grupos em torno de projetos

⁵ O itálico indica que se trata de um termo nativo.

⁶ Referência especialmente a Martins (1984; 2003), Velho (1972), Hébette (1991).

sociais, com os mais variados aportes. São temas recorrentes nas monografias sobre estes grupos as chamadas *comunidades* e os *projetos*, que se multiplicaram especialmente durante a década de 80, sendo exemplares neste período as *roças comunitárias*, as *usinas de arroz* etc.⁷

O que se pretende evidenciar neste texto, pois, é que a ação do INCRA é interpretada a partir da experiência vivida com aqueles projetos introduzidos naquela situação anterior, para o que corroboram a própria expressão utilizada por aquele órgão – projeto de assentamento – e o distanciamento no tempo e na ação de qualquer relação com o momento da ocupação e apropriação da terra.

Desta perspectiva, para estes camponeses a ação desencadeada pelo INCRA não é vista como reforma agrária, mas como um *projeto* ao qual eles têm *direito*. Neste sentido, aludindo a uma espécie de ação de fortalecimento e de incentivo à sua condição camponesa ou às suas situações de *pequenos produtores*, como se auto-denominam.

Poder-se-á argüir que estes assentamentos surgem no âmbito de um movimento social mais amplo pela reforma agrária e que a implantação do projeto dá-se no rol de uma série de conquistas obtidas a partir da forma *acampamento* como estratégia de luta, consolidadas em *acordos*, de certo modo replicando o modelo acima aludido. Todavia, se esta é a forma pela qual se reveste a implantação do assentamento, não é a forma pela qual a implantação é vivenciada pelo grupo de camponeses aqui analisado.

Este trabalho tem como referencial empírico um projeto de assentamento implantado em 1999, no município de Itupiranga, no estado do Pará, denominado Projeto de Assentamento Rainha⁸. E toma como base o material por mim coletado, através de entrevistas e observação, em pesquisas de campo realizadas em 1996 e em 2001⁹, além de documentação fornecida pelo INCRA/Superintendência de Marabá, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itupiranga e por outras fontes oportunamente identificadas. Em campo, trabalhou-se principalmente com os moradores mais antigos de Rainha, lideranças locais, lideranças sindicais, líderes de outros Assentamentos, técnicos vinculados ao Centro Agro-Ambiental do Tocantins, além de moradores da própria cidade de Itupiranga, funcionários do INCRA e da Prefeitura deste município.

A exposição do texto está organizada do seguinte modo: de início, tenta-se evidenciar o contexto de ocupação e de apropriação camponesa da terra, contexto no qual tem vigência os *direitos* e os *projetos* como categorias organizadoras/instituidoras das práticas. A seguir, busca-se fornecer elementos de identificação e de constituição do grupo camponês analisado, bem como as condições sociais de implantação do assentamento. E, por último, tenta-se mostrar o significado do projeto de assentamento para os moradores de Rainha e como eles *atualizam* os objetivos dos *benefícios* do *projeto* de acordo com as suas situações sociais concretas.

⁷ Ver uma mostra condensada da efervescência dos chamados "projetos" em Esterici (1984) para a década de 70 e princípio dos anos 80 e em Hébette e Navegantes (2000) para a década de 90 e final dos anos 80. Por sua vez, o fato mesmo de haver publicação específica sobre o tema já é evidência de sua importância.

⁸ Esta pesquisa foi apoiada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, em convênio com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁹ Em 1996, além de meu próprio trabalho de campo, contei com dados levantados por Marlene ABE e Aloysio GUAPINDAIA, que realizaram pesquisa no âmbito do Curso de Especialização Produção Familiar Rural e Ciências Sociais (MAGALHÃES; HÉBETTE, 2002). Em 2001, contei em campo com o apoio das auxiliares de pesquisa Maria de Nazaré de Senna Pereira e Maria da Conceição Silva Rosa, às quais agradeço a valiosa colaboração. Maria de Nazaré, ademais, trabalhou como assistente de pesquisa no período compreendido entre setembro e novembro de 2001.

OS DIREITOS E OS PROJETOS: O CONTEXTO SÓCIO-ESPACIAL DE IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO

As categorias *direitos* e *projetos* somente são inteligíveis em um contexto socioespacial que se caracteriza pela emergência de um campesinato, para o qual a afirmação e reprodução da condição camponesa são marcadas por processos que se distinguem pela construção e representação de regras próprias de apropriação da terra. Trata-se de uma região, conforme tentar-se-á mostrar neste capítulo, cujos contornos sociais vão sendo definidos ao longo do próprio processo de ocupação e, depois, de transformação do uso e apropriação do espaço por grupos camponeses.

O município de Itupiranga, no qual se encontra o Projeto de Assentamento Rainha, situado a cerca de 50 km da cidade de Marabá, na margem esquerda do rio Tocantins, integra uma vasta área do sudeste paraense que foi reconhecida pela abundância de castanhais, cuja exploração praticamente sustentou a economia do estado do Pará no período compreendido entre os anos 40 e 70 do século XX. Fundamentalmente, até a década de 70, foi em torno da economia da castanha que se estruturou a apropriação formal da terra não apenas naqueles municípios mas em toda a mesorregião sudeste do estado do Pará. Esta congrega as atuais microrregiões de Tucuruí, Marabá, Parauapebas, Redenção, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu e Paragominas, com um total de 39 municípios. O município de Itupiranga, do ponto de vista da classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está localizado na microrregião de Tucuruí, de cuja sede municipal dista cerca de 150 km. Observa-se, todavia, que tanto ao longo da história daquele município quanto atualmente, é com Marabá que Itupiranga mantém mais fortemente relações econômicas, sociais e políticas.

Até 1948, Itupiranga era parte integrante do município de Marabá, que historicamente se tem destacado

como principal centro regional. Porta tradicional de entrada da Amazônia, para camponeses do Nordeste e do Centro-Oeste do país, Marabá (o velho Burgo do Itacaiúnas), nascida no final do século XIX como colônia agropecuária, rapidamente transformou-se em entreposto comercial, destacando-se a partir da segunda metade do século XX como o maior centro produtor de castanha-do-pará. Além da castanha-do-pará, a área, que hoje corresponde às microrregiões de Marabá e Tucuruí, destacou-se também pelos importantes garimpos de ouro e diamante, consolidando-se, com estas duas atividades econômicas, como alvo de distintos movimentos migratórios, que se deslocavam descendo o rio Araguaia até o seu encontro com o rio Tocantins. Neste ponto, o rio Tocantins, o seu afluente o rio Itacaiúnas e diversos igarapés tornam-se importantes vias de acesso para a *entrada* na mata e a consolidação da ocupação da floresta.

A apropriação dos castanhais, conferida pelo estado do Pará através do aforamento e arrendamento das terras devolutas, conformou uma estrutura de poder concentrada, que se caracterizava pela intercessão entre poder político e econômico (EMMY, 1984). Esta estrutura de poder aliada à forma pela qual se dava a exploração dos castanhais resultavam em uma ampla mobilidade da força de trabalho e em um relativo esparsamento da ocupação camponesa na região, que se prolongariam até praticamente os anos 70. No período compreendido entre 1956 e 1966, nos municípios de Tucuruí, Jacundá, Marabá, Itupiranga e Conceição do Araguaia foram emitidos pelo estado do Pará 211 títulos de aforamento de castanhais, de um total de 250 existentes em todo o estado (IDESP, 1987). Especificamente no município de Itupiranga havia 25 títulos, referentes a uma área de aproximadamente 87.000 ha. Muitos Projetos de Assentamento foram implantados nas áreas destes antigos castanhais e ainda hoje conservam, inclusive, o seu nome original; como é o caso, no município de Itupiranga, do próprio Castanhal Rainha, La Estância, Cristo Rei, dentre outros.



Estes títulos, referentes a áreas que variavam entre 1.200 e 11.000 ha, muitos deles concentrados por um só foreiro, asseguraram a apropriação da terra até o início dos anos 80, quando se iniciaram as ocupações camponesas. Oficialmente, perdurariam até 1988, quando, através de Portaria, foram realizadas as primeiras *desapropriações* pelo então Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, visando já àquela época à implantação de projetos de assentamento.

Estas *desapropriações*, por sua vez, são resultado de uma combinação de fatores que inclui uma década de conflitos fundiários na região, transformações nas estruturas social, econômica e política regionais, reestruturação do movimento sindical, interesses econômico-financeiros dos foreiros, em uma conjuntura de redemocratização do país.

A partir dos anos 70, todo o sudeste paraense e especialmente os municípios de Marabá e Tucuruí, no âmbito da Amazônia Oriental, tornam-se alvo dos maiores investimentos estatais jamais realizados no estado do Pará e na Amazônia. Tornam-se alvo de uma política de segurança nacional, que privilegia a integração da Amazônia através de sua ocupação e exploração.

Começando por um amplo programa viário, no qual se destaca a construção da Rodovia Transamazônica, o governo da ditadura militar deslança uma campanha nacional de colonização da Amazônia, fomentando a migração entre pequenos agricultores do nordeste e do centro-sul, vítimas do modelo fundiário concentracionista que caracteriza secularmente a agricultura brasileira. Milhares de famílias camponesas deslocam-se para esta região, ocupando as terras devolutas pertencentes ao Estado Brasileiro, significativamente por elas reconhecidas como *terras livres*. Saindo do *cativeiro* do Nordeste ou do esgotamento do minifúndio do centro-Sul, estas famílias

adentram às *terras livres*, a partir das margens das rodovias, e implantam uma outra política de ocupação: pequenas áreas de terra, nas quais constroem as suas casas e as suas roças, beneficiam-se dos recursos existentes na floresta, construindo uma forma de organização social na qual prevalecem regras consuetudinárias de uso e de ocupação do espaço, tanto familiar quanto coletivo. O trabalho investido na área de terra e as necessidades da reprodução familiar constituem-se, neste código consuetudinário, a marca legítima da apropriação.

Uma inflexão na política de segurança nacional e, portanto, de ocupação e exploração da Amazônia e desta região, verifica-se ainda na década de 70: o modelo da produção familiar é preterido pelo Estado, em prol de grandes complexos agropecuários e de grandes investimentos de extração mineral, dentre os quais se destaca o Programa Grande Carajás, além dos grandes projetos de infra-estrutura, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Para os camponeses, a maioria recém-instalada na terra, uma das mais importantes conseqüências desta inflexão é a expulsão. Acorados em regras próprias de apropriação, eles são lançados ora frente às empresas estatais que desapropriam as suas terras com base em parâmetros descontextualizados, ora frente ao latifúndio, que compra e *grila* milhares de hectares, através de leilões estatais que são realizados em Brasília, baseados em uma cartografia e em regras jurídicas diversas daquelas que orientavam a preservação dos *direitos* na ocupação das *terras livres*, isto é, que orientavam a ocupação camponesa na região. Toda a região da velha Marabá, *do diamante e da castanha*, das *terras livres* – da utopia camponesa – transforma-se em lugar dos maiores índices de conflito fundiário do país¹⁰. É nessa conjuntura de re-organização do uso do espaço que se verificam as ocupações dos castanhais. Pelo que se

¹⁰ No período compreendido entre 1980 e 1997 foram registradas 249 mortes de trabalhadores rurais vinculadas a conflitos de terra, cf. Toneto (2000, p. 57), apenas nas microrregiões de Redenção e Conceição do Araguaia - municípios de Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Redenção, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Rio Maria, Xinguara, Pau D'Arco e Floresta do Araguaia.

sabe o primeiro castanhal a ser *ocupado* foi o Castanhal Rainha. Conforme será mostrado a seguir, com uma localização estratégica entre a Rodovia Transamazônica (no fundo do PIC-Marabá) e o rio Tocantins, a *entrada* neste castanhal far-se-á primeiro pelo próprio INCRA, que avança (segundo a história local, inadvertidamente) com os lotes do Projeto Integrado de Colonização (PIC) sobre a área aforada, e, em seguida, por um grupo de camponeses que se aproveita da estrada vicinal construída pelo INCRA, que segue o igarapé Rainha e adentra a floresta. Corria o ano de 1976 e pouco tempo depois também foi *ocupado* o castanhal Cuxiú, no município de São Domingos do Araguaia. Em 1988, todas as áreas de castanhais aforadas estavam *ocupadas* pelos camponeses.

Esta redefinição socioespacial é espelhada nas Figuras 1, 2 e 3, nas quais se pode verificar a dinâmica populacional e a dinâmica de ocupação de terras na região. Evidentemente, estas dinâmicas são decorrentes de diversos processos sociais, todos inter-relacionados com a forte intervenção estatal que se verifica na região. Pode-se observar, todavia, nas estatísticas, como se vai configurando a ocupação camponesa, com o evidente crescimento dos estabelecimentos de até 100 ha, tanto em termos relativos quanto absolutos, tanto em termos de número de estabelecimentos quanto em termos de área ocupada. Assim, percebe-se que o número de

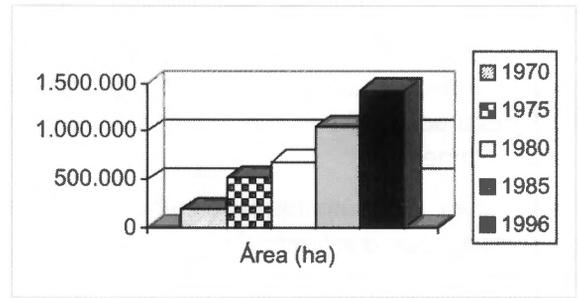


Figura 2. Evolução da área ocupada.

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996.

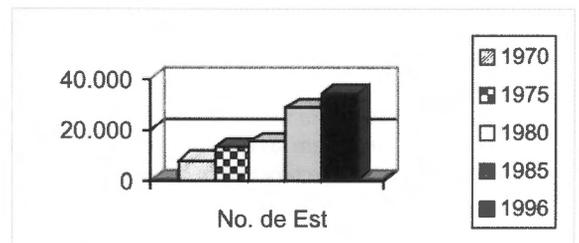


Figura 3. Evolução do número de estabelecimentos até 100 ha.

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996.

estabelecimentos aumenta de 7.582 em 1970 para 10.893 em 1980 e em 1985 chega a 23.354 estabelecimentos; a área ocupada, por sua vez, tem um crescimento de mais de 1.600% (64.196 ha em 1970, 686.947 ha em 1980 e mais de 1 milhão de hectares em 1985), embora relativamente mantenha uma taxa de ocupação de cerca de 11 a 14% ao longo de todo o período.

Ainda do ponto de vista estatístico, cabe salientar que o município de Itupiranga pode ser tomado como paradigmático no que diz respeito tanto à dinâmica populacional quanto à *desconcentração* fundiária. A população de Itupiranga que em 1970 era de 5.346 habitantes, passa a ser de 50.213 em 2000, sendo que na última década, isto é, de 1991 a 2000, registrou-se um crescimento de aproximadamente 40%. Se tomado como corte o ano de 1996, verifica-se uma taxa de crescimento anual de 14,54%. Em Itupiranga registra-se também um dos maiores percentuais de população

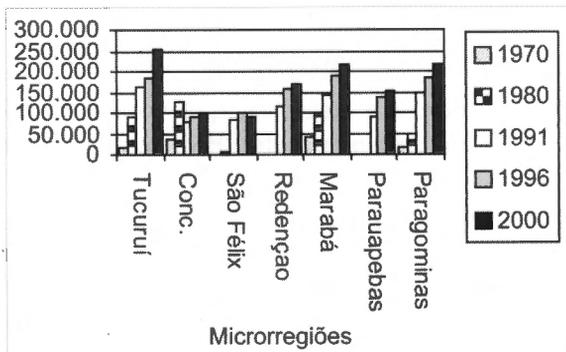


Figura 1. Evolução da População por Microrregião.

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000; Contagem da População (1996).



rural da mesorregião: 70, 7%, conforme IBGE, Censo Demográfico 2000. Por sua vez, considerando o total da população rural, cerca de 13% desta população está localizada em projetos de assentamento.

Na literatura, são inúmeras as referências, como a transcrita a seguir, que fazem alusão a esse processo de ocupação camponesa da região:

"...são migrantes chegados ao município de Conceição do Araguaia de outras partes do Pará, Maranhão, Goiás, Minas, estados do Nordeste ou mesmo estados do Centro-Sul. Por influência da notícia de terras livres, do interesse do Governo em colonizar territórios, da idéia da busca de "terras de graça" (...), muitos e muitos cada vez mais numerosos nos anos 1960-77 tornaram-se posseiros, formaram povoados, ergueram igrejas, construíram escola, plantaram, criaram e procriaram nas terras devolutas disponíveis ao longo de rios, paranás, igarapés, caminhos, estradas e rodovias. Embrenharam-se nas matas e abriram clareiras. Organizaram uma economia de subsistência e começaram a negociar os excedentes, no mesmo lugar, entre si, ou com os habitantes dos povoados e cidades próximos ou distantes" (IANNI, 1979, p. 139).

A história oral está povoada de narrativas que enfatizam o contexto da *terra livre*, a efervescência populacional e as dificuldades para *ocupar* a terra.

"(...) quando eu cheguei era tudo isso aí do Estado, da Nação Brasileira, porque nós fomos recrutados justamente prá isso, pra explorar a riqueza da Nação (...) pra colonizar. E a senhora sabe o que nós enfrentamos; era essa mata bem aí virgem, virgenzinha, malária que esses meninos não se levantavam (...) E nós lutando, lutando (...) Era gente de todo lado, tudo por dentro dessa mata procurando terra ..." (depoimento colhido em Itupiranga, 1996).

É no âmbito deste processo de ocupação, melhor dizendo, desta saga, que se constroem, se reconhecem os *direitos* e se legitima a posse.

Nas décadas de 70 e 80, havia toda uma construção simbólica em torno dos direitos, que se expressava em cantos, romarias etc.

Apenas para ilustrar o discurso sobre os *direitos* e a legitimidade da posse, transcreve-se abaixo um trecho de depoimento colhido em 1986, no município de Tucuruí, em um momento de questionamento da posse da terra (MAGALHÃES, 1996):

"Apossear você vai e se apsseia. Não quer dizer que é prá uma roça. Você já tira os picos dela, no tamanho que você quer, ou seja, às vezes o tamanho não é o que você quer, mas é o tamanho que sobrou prá você ali. Se você diz assim: essa terra aqui eu me apsseiei, quer dizer, ele já tinha uma roça lá e já tinha os picos feitos, né, como diz essa área aqui é minha, tá. Um direito dele assim, um direito de apsse".

CANTO

*Nossos direitos vêm,
Nossos direitos vêm
Se não vêm nossos direitos
O Brasil perde também
Só porque tem muito gado
E terra com fartura
Tu negas teu irmão
Esse pobre sem figura
Um dia no cemitério
Pagarás este mistério
Mas nosso direito vem
(...)*

O que se quer ressaltar, portanto, é que até 1986, quando foi criado o primeiro assentamento na região, a forma prevalecente de ocupação da terra estava baseada no reconhecimento dos *direitos* e, com base neste reconhecimento, a terra, hoje objeto de assentamento, estava efetivamente *ocupada*.

Em uma amostra aleatória, que considera 28 Projetos de Assentamento (PA) existentes na região, sobre os quais foi possível obter informação sobre o ano da *ocupação*, observa-se que cerca de 65% dos atuais assentamentos foram *ocupados* antes de 1995, quando se inicia o *boom* (Tabela 1) de criação de assentamentos na mesorregião. Trata-se de 28 assentamentos para os quais foi realizado, em 2000/2001, o plano de desenvolvimento sustentável.



Tabela 1. Assentamentos, com sua localização e respectivas datas de ocupação e data de criação do PA Sudeste Paraense.

Assentamento	Município	Data de Ocupação	Data de criação do PA
Rainha	Itupiranga	1978	1999
Jovencrelândia	Itupiranga	1980	1995
Tartaruga	Marabá	1980	1999
Benfica	Itupiranga	1984	1998
Brasilespanha	São Domingos do Araguaia	1984	1999
Nova Esperança	Itupiranga	1984	1998
Ubá	São Domingos do Araguaia	1984	1997
Belo Horizonte	São Domingos do Araguaia	1985	1999
Croá	São Domingos do Araguaia	1985	1998
Água Fria	Eldorado do Carajás	1986	1992
Princesa	Marabá	1986	1999
Alto Bonito	Marabá	1989	1999
Sabino São Pedro	Marabá	1990	1999
Moreschi	São João do Araguaia	1992	1997
Pimenteira	São João do Araguaia	1992	1998
Primavera	São João do Araguaia	1992	1998
Grande Vitória	Itupiranga	1993	1999
São Braz	Itupiranga	1994	1998
Oito Barracas	São Domingos do Araguaia	1995	1998
Açaizal	Palestina do Pará	1996	1998
Angical	Palestina do Pará	1996	1998
Beth	São Domingos do Araguaia	1996	1999
Boa Esperança do Burgo	Marabá	1997	1999
Castanheira II	Brejo Grande do Araguaia	1997	1999
Moça Bonita	Eldorado do Carajás	1997	1999
Rio Mar	Palestina do Pará	1997	1998
Lago Vermelho	Itupiranga	1998	1999
Murajuba	Marabá	1998	1999

Fonte: Coopservicos, 2001

A rigor, até 1995 existiam em todo o estado do Pará apenas 72 assentamentos, com 57 localizados na mesorregião sudeste. Em um período de aproximadamente 7 anos foram implantados 360 assentamentos em todo o estado, de modo que, em maio de 2002, o INCRA contabilizava 432 assentamentos, sendo, conforme mencionado, 322 projetos nesta mesorregião. (Figura 4).

Cabe observar que no sudeste do Pará estão localizadas cerca de 31% das terras destinadas para assentamento de todo o país, correspondentes a 16% da capacidade nacional de assentamento, com uma área de 3.460.621 ha. Ademais, o Pará é o único estado que possui mais de uma

superintendência do INCRA (cf. IICA/INCRA – janeiro/2001). Além da Superintendência Especial de Marabá (SR 27-E), há uma localizada em Belém (SR 01-Z) que é responsável pelas ações em todas as outras mesorregiões do Estado, perfazendo um total de 104 municípios, nos quais estão implantados 110 projetos de assentamento.

No município de Itupiranga estão localizados 23 assentamentos, tendo sido o primeiro implantado em 1988. De 1997 a 2001 foram implantados 19 e hoje a área destinada aos assentamentos é de cerca de 302.000 ha, que correspondem a 94,3% da área total de estabelecimentos agrícolas do município (320.000 ha). Desnecessário torna-se



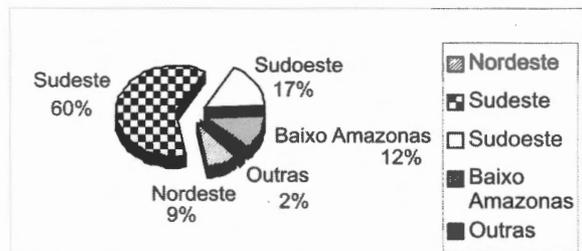


Figura 4. Distribuição dos assentamentos por mesorregião, no estado do Pará.

Fonte: INCRA/GSO-SIPRA, junho de 2001 e Hébette, Jean (i.p.).

dizer que, embora não se possa precisar, a maior parte desta área tem origem na ocupação dos grandes latifúndios conformados no período compreendido entre 1950 e 1980. De acordo com INCRA-SIPRA (2001) e Hébette (informação pessoal), estes assentamentos dispõem de capacidade para aproximadamente 6.000 famílias e até novembro de 2001 eram consideradas

assentadas 4.759 famílias, que correspondem a mais de 10% do total de famílias (45.028) consideradas assentadas em toda a mesorregião. Na Tabela 2 e na Figura 5, a seguir, encontram-se discriminados os assentamentos e sua localização.

Se para o INCRA são contabilizados 23 PAs, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Itupiranga contabilizava, em outubro de 2001, entretanto, um total de 26 assentamentos, considerando as ocupações existentes e as reivindicações apresentadas ao INCRA relativas às seguintes localidades: Santa Liduína, Xis e Tarumã. Esta diferença de informação é, por sua vez, reveladora do processo que ainda está em curso no município e o STR espera que até 2002 estes assentamentos tenham sido implantados. De todo modo, verificou-se nos últimos 20 anos uma total inversão do perfil fundiário do município, sendo reconhecida, pelo STR de Itupiranga, como remanescente do período dos grandes latifúndios,

Tabela 2. Relação de Assentamentos, município de Itupiranga.

Assentamento	Data de Criação	Nº de Assentadas	Área (hectares)	Imóvel de Origem
1. PA Benfica	17/02/98	182	6.144,00	Gleba Carajás II Parte
2. PA Borracheira	02/10/01	84	2.600,57	Fazenda Borracheira
3. PA Buritirana	13/08/97	479	43.500,00	Gleba Buritirana II Parte
4. PA Cajarana	21/10/99	21	1.496,64	Fazenda Cajarana
5. PA Califórnia	27/11/98	66	2.830,63	Fazenda Califórnia
6. PA Cascalho	26/11/01	53	2.654,51	Faz. Cascalho/Lagedo do Gato
7. PA Coco	21/10/99	1210	81.000,00	Cinturão Verde
8. PA Cinturão Verde I e II	31/10/91	248	11.750,12	Gleba Carajás II Parte
9. PA Cristo Rei	14/01/99	56	3.600,00	Fazenda Cristo Rey
10. PA Grande Vitória	04/02/99	99	4.463,33	Fazenda Santa Maria
11. PA Jatobá	21/10/99	34	1.829,39	Gleba Café II Parte
12. PA Jovencrelândia I e II	17/07/95	52	5.785,23	Fazenda Jovencrelândia
13. PA La Estância	04/02/99	103	3.600,00	Fazenda La Estância
14. PA Lago Vermelho	24/11/99	100	5.927,85	Fazenda Cuxiú
15. PA Nova Esperança	17/09/98	71	5.330,00	Gleba Carajás II Parte
16. PA Novo Mundo de Itupiranga	26/11/01	38	1.217,49	Fazenda Novo Mundo
17. PA Palmeiras	01/01/92	479	24.843,59	Gleba Carajás II Parte
18. PA Pensão da Onça	16/09/98	100	6.046,10	Gleba Carajás II Parte
19. PA Rainha	28/09/99	90	3.597,00	Castanhal Rainha
20. PA Rancharia	15/06/00	0	2.890,00	Fazenda Rancharia
21. PA Rio da Esquerda	10/05/88	1092	75.000,00	Gleba Carajás II Parte
22. PA São Braz	17/09/98	53	3.112,26	Gleba Carajás II Parte
23. PA Uirapuru	30/12/99	49	2.940,42	Gleba Carajás II Parte

Fonte: INCRA/GSO-SIPRA, junho de 2001 e Hébette, Jean (i.p.), abril de 2002.



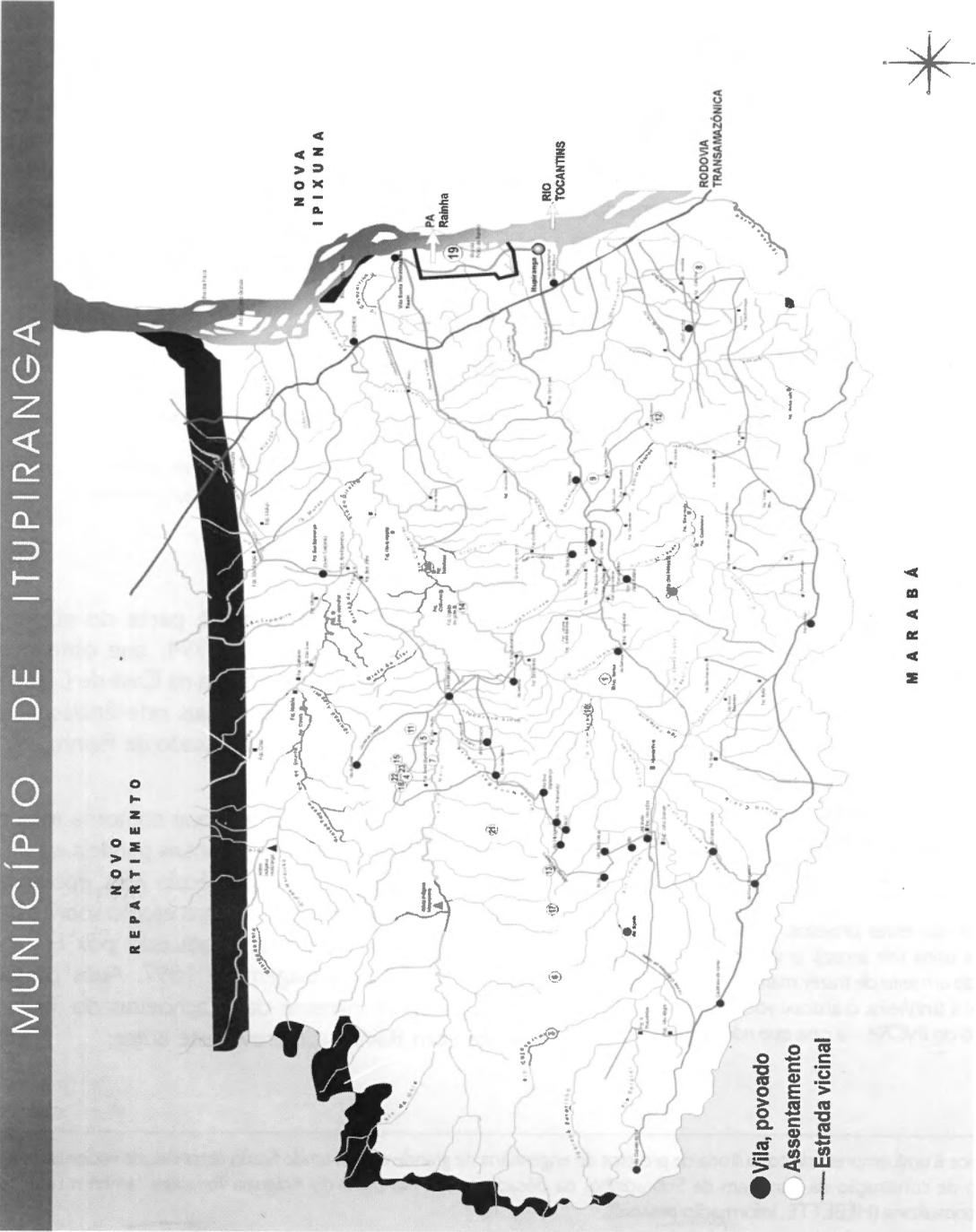


Figura 5. Mapa fornecido pela Prefeitura de Itupiranga, sobre o qual foi indicada a localização aproximada dos Assentamentos (exceto os de nº 2 e 16), com base em INCRÁ. Área de Atuação da Superintendência Regional do Sul do Pará (SR-27), fev. 2001; IDELVI. Instituto do Desenvolvimento do Lago Vermelho – Itupiranga, Município de Itupiranga, s/d.

apenas a fazenda da Hidroservice¹¹, com mais de 30.000 ha, cuja área já se encontra ocupada. São indicativos deste novo perfil, igualmente, os dados do PRONAF referentes a 1996, ano em que 88% dos estabelecimentos rurais do município apresentavam área de até 4 módulos fiscais. Comparando os dados do Censo Agropecuário 1996 sobre a área dos estabelecimentos e a área declarada pelo INCRA relativa aos assentamentos, observa-se a mesma hegemonia dos pequenos estabelecimentos: há no município 2227 estabelecimentos agrícolas, perfazendo uma área total de 320.201 ha. Os assentamentos equivalem à cerca de 94% desta área, com um total de 302.159,12 ha.

É, pois, no âmbito deste processo que se afirmam os direitos: na saga da *luta pela ocupação* à qual se segue o reconhecimento do Estado. Reconhecimento que, por sua vez, é precedido pela construção de determinadas relações sociais que permitem a estes grupos permanecer na terra. Relações sociais que facultam a organização, a reivindicação e o surgimento dos projetos.

No caso de Rainha, analisado a seguir, procura-se evidenciar a construção destas relações para a qual concorrem outros atores, mais especificamente e inicialmente a Comissão Pastoral da Terra e agentes missionários que *animam* a construção da Igreja, *falam* sobre o Sindicato e *trazem* o primeiro projeto. A seguir, o Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT), depois a Prefeitura Municipal e, agora, o INCRA, como explica um morador de Rainha:

"A valia são esses projetos. Quando você veio aqui tinha a usina (de arroz), o viveiro e sempre nós ali caçando um jeito de trazer mais projeto. Agora você tá vendo: a farinha, o abacaxi você vai ver amanhã, e o projeto do INCRA – a casa que nós vai receber agora.

La escapando o FNO e ainda tem o PRONAF. Tudo projeto, agora que não é pra todo mundo, viu?" (2001, morador de Rainha, representante técnico do viveiro).

De antemão, vale observar que os moradores de Rainha foram ou são importantes atores do movimento social e sindical de Itupiranga e de toda a mesorregião, na qual se destacam uma sede regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e um Fórum Agrário que congrega diversas organizações não-governamentais, principais interlocutoras para a questão agrária no Estado.

RAINHA: OCUPAÇÃO CAMPONESA

*Oh! Itupiranga
Onde está a tua castanha, os teus castanhais?
Onde foi parar tão belo e rico tesouro?
Itupiranga! Itupiranga! (...)
É maior o orgulho de adormecer sobre ti,
Dormir em tuas praias, como fez a realeza.
Itupiranga teu povo sofrido,
Sorri tua existência.
(Washington Mark 's)*

O trecho transcrito acima é parte do soneto Itupiranga I, publicado em 1994, que obteve o 1º lugar no Concurso de Poesia da Casa de Cultura de Itupiranga, e cujas principais referências nele contidas dizem respeito ao passado de Rainha, isto é, à praia e ao castanhal.

A beleza da praia de Rainha, que contorna toda a margem esquerda do rio Tocantins paralela ao PA, é ressaltada desde o final do século XIX, época da qual se obteve o primeiro registro escrito sobre este trecho do rio Tocantins, produzido por Henry Coudreau em sua viagem de 1897. Após passar pela paisagem íngreme das Cachoeiras do Tauiry, limite com Rainha, descreve este autor:

¹¹ A Hidroservice é uma empresa de consultoria de projetos de engenharia de grande escala, tendo ficado reconhecida nacionalmente pelo projeto de construção da Barragem de Sobradinho, na década de 70. Na Bacia do Araguaia-Tocantins também realizou estudos de consultoria (HÉBETTE, informação pessoal).



"Chegamos esta manhã [1º de agosto de 1897] à longa e larga praia da Rainha, que engloba duas ilhas e está ligada à margem esquerda, não deixando passar senão um estreito canal por entre suas compactas camadas superpostas de areia e a terra firme da margem direita (...) A areia fina das praias está em contínuo movimento, levantada pelo vento. Debalde dirigimos a canoa para o meio do rio, sempre que é possível: o fino pozinho de areia deposita-se sobre as mãos, sobre o rosto, entrando pela barba e – curioso! – pelos cabelos, embora todos tenhamos o cuidado de manter o chapéu na cabeça..." (COUDREAU, 1980, p. 42-45)

E observa, logo após sair do rio Tocantins e adentrar ao rio Itacaiúnas:

"(...) seja na beira-do-rio, seja a uma pequena distância no interior; pés de castanha de tal modo numerosos que chega a parecer, em determinados trechos, que essas árvores formam verdadeiras comunidades vegetais. Bem mais do que o 'caucho do Itacaiúnas, e tão pouco lucrativa quanto seja a indústria da safra de castanhas, são esses castanheiros que se parecem constituir o verdadeiro recurso – se não mesmo a riqueza – do Itacaiúnas" (Ibid., p. 56-57).

O nome Rainha, na história oral, é atribuído a um rápido pernoite de membros da corte portuguesa e à admiração que a rainha presente na comitiva teria manifestado sobre a paisagem, mas não se conseguiu obter informações sobre esta suposta expedição. Todavia, antigos moradores de Itupiranga narram a passagem de D. Pedro de Orleans e Bragança, como no trecho a seguir:

"Lago Vermelho [antiga denominação de Itupiranga] teve a honra de ver pisar em seu solo membros da Família Imperial Brasileira e hospedara por quase um dia, foi um pernoite, chegaram já pela tarde o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, filho da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, com os filhos D. Pedro e a Princesa Maria Helena, assessorado por um jornalista da Revista Noite Ilustrada do Rio de Janeiro. Aqui foram hóspedes do Capitão Homero Souza, era o chefe político e representava o povoado; ao amanhecer depois do desjejum prosseguiram viagem, estavam ansiosos para

chegar à Praia da Rainha, queriam conhecer de perto, só a conheciam por tradição da família que falavam ter pernoitado nesta praia quando membros da família imperial, talvez seus avós ou bisavós, daí originando o nome de Praia da Rainha, porque a Rainha havia pernoitado nesta praia", cf. Chaves (1990, p. 29).

Ainda segundo Chaves, que foi o primeiro vice-prefeito de Itupiranga, logo após a emancipação do município de Marabá, com a eleição de Getúlio Vargas (presidente) e Zacarias Assunção (governador do Estado do Pará), em 1950, os líderes da coligação vencedora (PSP, UDN e PTB) enviaram a este último uma carta, contendo as suas reivindicações. Dentre estas reivindicações, incluía-se no primeiro item o arrendamento do Castanhal Rainha:

"1º Ficar livre de arrendamentos os seguintes lotes de Castanhais: Itupiranga, sede, o lote denominado UBIM; o lote denominado Rainha; o lote nos fundos da povoação Santa Terezinha do Tauriry (...)", (Ibid., p. 129, grifos meus).

Na memória, antigos moradores de Itupiranga ainda preservam cenas de grande efervescência relativas à safra da castanha:

"O dia era sempre 9 de janeiro. Pagava a matrícula na Prefeitura e ficava com aquele papel. Os barcos ficavam amarrados todos lá no rio. Era barco e motor. De manhã cedinho, todo mundo com o papel na mão, [o Prefeito] dava aquele tiro de pistola e todo barco desamarrava. Saía aquela ruma. Tudo que era homem. Era muito movimento (...) Rainha era de Mundico Lemos e em 59 Antonio Miranda chega e diz que comprou de Mundico Lemos¹² e manda sair todo mundo. (depoimento colhido em 2001; moradora de Itupiranga)."

Com esta longa exposição de diversas fontes que tratam sobre Rainha, enfatizando todas o castanhal, o rio e a praia, objetiva-se marcar o corte em relação a este passado que se instaura com a ocupação camponesa de Rainha, de 1974 a 1978. Talvez a primeira evidência da nova forma de ocupação que

¹² A substituição de foreiros não era comum na região, sendo esta uma particularidade da ocupação de Rainha.

se inicia, e, conseqüentemente, de redefinição socioespacial que seria operada, seja o caminho percorrido pelo grupo de camponeses que inicialmente adentra à área. Desconsiderando os caminhos tradicionalmente utilizados, que seguiam o rio Tocantins, os camponeses chegam pela Transamazônica, entram por uma estrada vicinal precariamente construída pelo INCRA (vicinal 52), localizam os dois maiores igarapés do local (Alegria e Rainha) e começam a ocupar as terras do fundo do castanhal, em sentido oposto à ocupação tradicional. Pode-se afirmar que por este novo caminho inicia-se uma dupla reforma: na forma de propriedade e na atividade produtiva.

Em 1972, o castanhal Rainha era aforado a Ceci Miranda, viúva de Antônio Miranda. Narra-se que até 1959 este castanhal era aforado a Mundico Lemos, conhecido aforante e proprietário de grande extensão de terras na região. Com a morte do marido, no final da década de 60, Ceci praticamente abandona o castanhal, que fica sob a guarda de um antigo morador (Ceará), residente em sua sede. Uma das primeiras moradoras narra como encontrou a sede do castanhal em 1974:

"Na sede dela ninguém nunca imaginava de que ali tinha sido fazenda, não tinha mais nada. Só tinha aquela casa velha, que eles moravam, já tudo caindo as paredes de barro e aí, ó, ninguém mais via sinal de curral. O que tinha ainda era um sinflone velho, largado lá, todo caído (...) Você não jurava que era ... ninguém via mais uma quinta, ninguém via nada. (...) Aí disse que a terra era devoluta, todo mundo podia vir morar".

Naquele ano de 1972, pois, paralelamente ao abandono do castanhal, o INCRA implantava o Projeto de Colonização da Transamazônica, cujos lotes estendiam-se pela Gleba 10. De acordo com a versão local, o INCRA inadvertidamente demarcou alguns lotes no fundo do castanhal, que podem ser identificados no Figura 6, na área denominada Gleba 10. Um pouco depois, aproximadamente em 1974, em prosseguimento ao processo de colonização, aquele Instituto dá início à abertura de duas estradas

vicinais: a vicinal 52, denominada posteriormente vicinal da Morajuba, e a vicinal da Piçarreira, ambas implantadas como meio de acesso aos loteamentos do INCRA. Estas vicinais constituir-se-iam, pois, em portas de entrada para aquela que viria a ser conhecida como 1ª ocupação do castanhal. À margem da colonização oficial, mas seguindo a sua geografia, um grupo de famílias ultrapassa a área demarcada e adentra a área aforada. De 1974 até 1976, este grupo entra por aquilo que seriam os fundos do castanhal e o ocupa em sua grande parte, àquela época abandonada. Pode ser observado na Figura 6, que a vicinal começa na Transamazônica e segue até o lote 21, área por onde a ocupação é iniciada.

Por volta de 1976, entra em cena o irmão de Dona Ceci que, enviado por esta, vem expulsar as famílias ocupantes. Instaura-se um clima de tensão que se agrava em 1977 com o incêndio de alguns paióis e roças. Estes incêndios, cuja autoria é atribuída pelos moradores ao irmão de dona Ceci, motiva a saída destes em novembro de 1977. Em sintonia com o calendário da safra da castanha-do-pará, as famílias desocupam a área no período de novembro a março, porque sabem que toda a área estará controlada para a extração e retornam em abril de 1978, passada a safra, e aí permanecem.

Vale observar, entretanto, que se é certo que a viúva Ceci, por razões pessoais, desinteressou-se pela propriedade é também certo que a partir de meados da década de 70 já se observava um período de redução do preço da castanha no mercado internacional, redução que perduraria até a década seguinte, quando, conforme vimos, a ocupação camponesa em toda esta região foi efetivada.

Desde a primeira ocupação, em 1974, inicia-se o parcelamento da terra e a implantação de roças, subsumindo a atividade extrativa à atividade agrícola. A segunda ocupação, em 1978, viria consolidar tanto a nova atividade como a nova forma de parcelamento. Desde então, pelo menos três

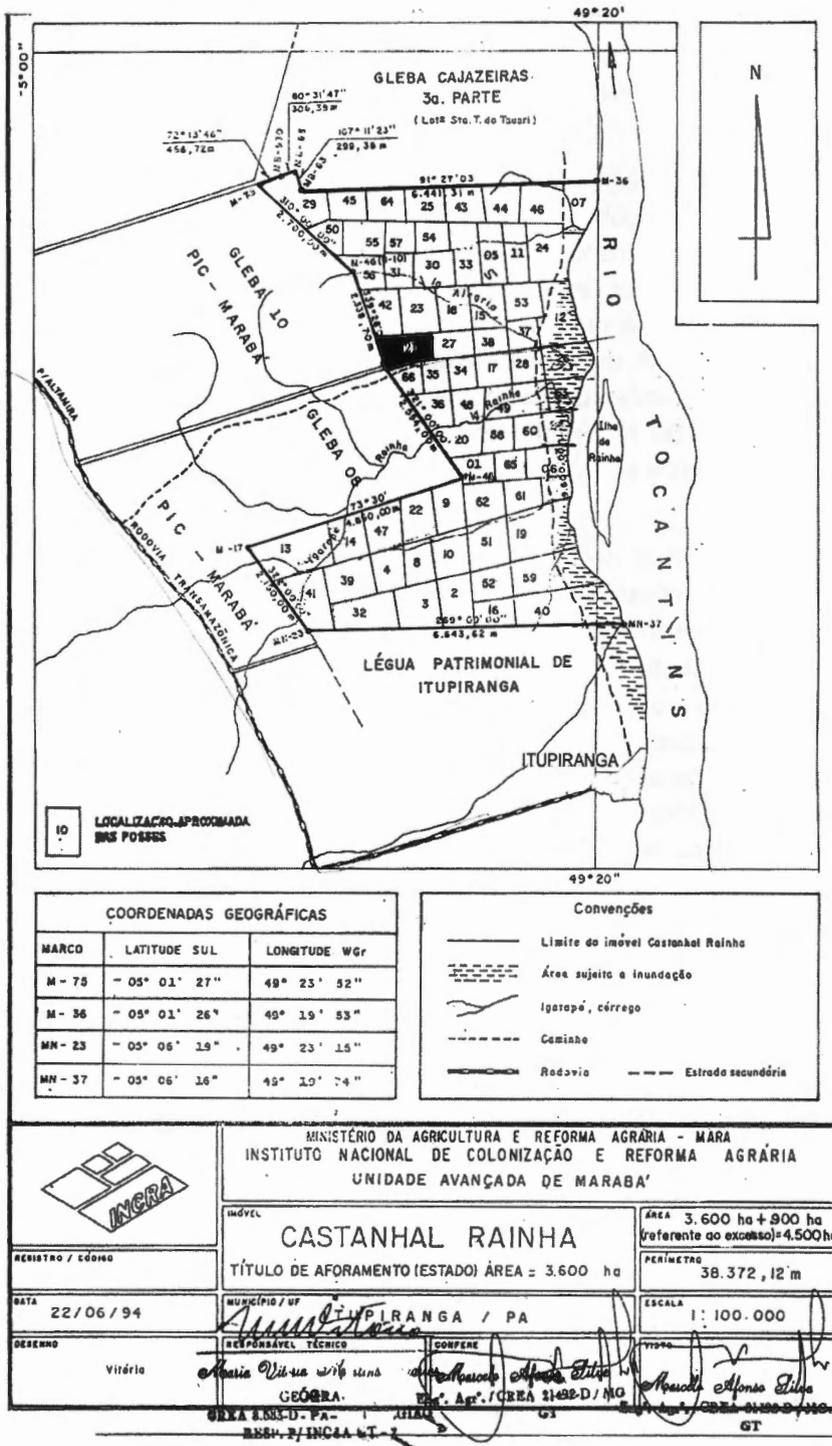


Figura 6. Castanhal Rainha, com localização aproximada dos lotes camponeses

gerações de ocupantes resistem a várias ameaças de expulsão, até 1994, quando o INCRA realiza o que é considerado o primeiro levantamento para regularização da terra ocupada.

De início, os moradores de Rainha ativeram-se à geografia do INCRA para descobrir novas rotas e espaços. Será também em consonância com a legislação preconizada por aquele órgão que será procedida a ocupação. Assim é que, inspirados pelos módulos rurais do INCRA, mas por iniciativa própria, os primeiros ocupantes demarcam as suas áreas em lotes de 100 ha, implantam as primeiras benfeitorias (roças e sítios) e legitimam a posse.

Por razões que não foi possível identificar, apenas duas famílias retornaram efetivamente em 1978. As demais, de um total estimado em 20 a 30 famílias, ou venderam os *direitos* assegurados com a primeira ocupação ou simplesmente abandonaram a terra. Daquela primeira geração de 1974, apenas uma família ainda permanece em Rainha. Pode-se falar, então, em uma segunda geração que se estabeleceu entre 1978 e 1988, da qual ainda permanecem 41 famílias (52%) e uma terceira geração que se instalou em momentos diversos, a partir de 1988, durante toda a década de 90.

Hoje, a paisagem de Rainha é marcada por íngremes ladeiras e por pequenas áreas de mata que se encontram nos lotes e que fornecem uma pálida idéia da cobertura vegetal original. Como agricultores e com o objetivo de assegurar a ocupação, os moradores de Rainha apressaram-se em fazer os seus sítios, suas roças e pequenos pastos. Com as casas dispostas isoladamente em cada um dos lotes, os principais acessos são feitos por terra firme. De acordo com dados do LASAT, toda a área é predominantemente constituída de capoeira, o que evidencia a marca camponesa da ocupação (Figura 7).

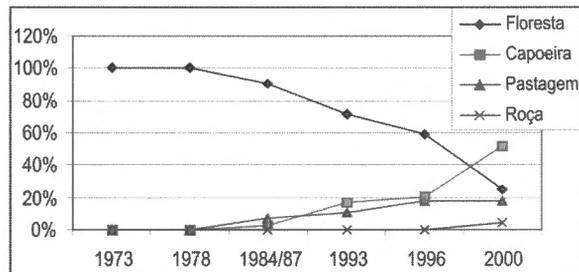


Figura 7. Evolução da cobertura florística em Rainha.

Fonte: Banco de dados do LASAT (1973-1996, *apud* COOPSERVIÇOS, 2000).

Vale observar que, igualmente, da cartografia original da ocupação camponesa, composta de lotes de 100 ha, pouco restou. Aproximadamente 75% dos lotes têm até 50 ha, verificando-se um amplo fracionamento das primeiras ocupações.

DINÂMICA FUNDIÁRIA DE RAINHA

No primeiro levantamento do INCRA, realizado em 22 de junho de 1994, constam apenas 66 lotes, que estão plotados no mapa do PA (Figura 6). Em 2000, cf. INCRA, haviam 99 lotes, sendo 90 destes *lotes familiares*. Em 2001, constatou-se em campo 95 lotes familiares, 8 fazendas e 2 lotes não familiares (Figura 8). Os dados que são expostos a seguir evidenciam a dinâmica do número e do tamanho dos lotes. O comportamento fundiário predominante até o momento indica manutenção ou diminuição da área do lote.

a) Variação da Área do Lote (ha)

Considerando o aumento de 36% da quantidade de lotes existentes em Rainha, no período compreendido entre 1994 e 2000, tentou-se rastrear a variação da área do lote, a partir das 37 famílias que se encontram no cadastro do INCRA desde 1994. Obteve-se o seguinte resultado: 18 mantiveram a área (48,6%), 11 diminuíram a área (29,7%), 6 aumentaram a área (16,2%) e 2 não declararam (n/d) (Tabela 3).



Tabela 3. Variação Histórica da Área do Lote. Rainha 1994. 2001.

LOTES	ANOS/ ha		
	1994 (INCRA)	1997 (INCRA)	2001 (campo)
01	65 ha	50 ha	50 ha
02	30 ha	25 ha	25 ha
03	30 ha	25 ha	25 ha
04	35 ha	50 ha	50 ha
05	65 ha	65 ha	25 ha
06	20 ha	?	50 ha
08	50 ha	50 ha	50 ha
09	100 ha	?	100 ha
11	50 ha	50 ha	50 ha
12	25 ha	25 ha	25 ha
13	50 ha	50 ha	50 ha
14	50 ha	?	05 ha
15	50 ha	45 ha	50 ha
16	60 ha	?	25 ha
17	100 ha	50 ha	50 ha
18	100 ha	100 ha	50 ha
20	45 ha	45 ha	40 ha
23	50 ha	50 ha	50 ha
29	50 ha	50 ha	50 ha
30	75 ha	75 ha	25 ha
32	30 ha	25 ha	50 ha
34	85 ha	100 ha	N/D
36	100 ha	100 ha	100 ha
39	30 ha	30 ha	30 ha
40	55 ha	50 ha	50 ha
43	25 ha	25 ha	25 ha
44	25 ha	25 ha	25 ha
45	90 ha	90 ha	90 ha
46	50 ha	50 ha	50 ha
47	10 ha	20 ha	50 ha
53	100 ha	100 ha	120 ha
54	25 ha	25 ha	25 ha
55	25 ha	25 ha	25 ha
56	50 ha	50 ha	50 ha
60	10 ha	15 ha	N/D
62	100 ha	100 ha	100 ha
66	50 ha	50 ha	75 ha

Obs. O número corresponde ao constante na Figura 6 do PA Rainha, de 22 de junho de 1994.

b) Variação do Número de Lotes

Na Tabela 4, observa-se a variação da área do lote, a partir da quantidade de lotes e de suas respectivas áreas, em 1994, 1997 e 2001. Para 1994 e 1997, foram utilizados cadastros do INCRA, e para 2001, foram utilizados dados de campo.

Tabela 4. Número de Lotes de acordo com a Área (ha), nos anos de 1994, 1997 e 2001. A porcentagem foi calculada sobre o número de lotes declarados

Lotes/ha	1994	1997	2001
- 05	- -	01 1,2%	01 1,5%
05 a 10	06 9,09%	04 4,9%	01 1,5%
11-20	09 13,6%	07 8,6%	05 7,3%
21-25	09 13,6%	14 17,2%	11 16,1%
26-50	23 34,8%	36 44,4%	39 57,3%
51-100	17 25,75%	19 23,4%	11 16,1%
+ 100	02 3,03%	- -	- -
Total declarado	66	81	68
Total existente	66	81	97

É exemplo paradigmático de fracionamento o lote de Francisco B, cuja genealogia transcreve-se a seguir:

O lote de Francisco B, desde 1976 até 1988, pertenceu a Manoel M que participou da primeira ocupação e hoje é um importante líder sindical na região. Em 1988, Manoel M vendeu os *direitos* a José PS, que correspondiam a um lote de 100 ha. Em 1989, José PS vendeu 50 ha a Manoel CL, um pequeno comerciante de Itupiranga que, desde o início da ocupação, mantém relações comerciais e financeiras com os moradores de Rainha. Em 1991, José PS trocou os seus 50 ha com o Laurindo P, que já tinha uma pequena criação de gado e precisava de um lote que tivesse bastante água. José PS, então, aceitou fazer a troca porque o lote do Laurindo P tinha 13 ha, sendo, portanto maior do que o seu.

O lote original de Manoel M ficou, então, dividido: 50 ha pertencendo ao Manoel CL e 50 ha pertencendo ao Laurindo P.

Lote do Manoel CL - em 1991, Manoel CL fracionou os seus 50 ha em 04 lotes: um de 25 ha, que vendeu a Francisco B; outro de 5 ha, que vendeu ao Caboclo; e dois de 10 ha, um vendido ao Manuca e outro ao Valdenor.



Em 1994/1995, o Manoel CL tomou o lote de Caboclo, porque este não o havia pago, e o doou a Rosa, uma mulher com quem começara a ter um romance fora do casamento. Por igual motivo, tomou uma parte do lote do Manuca, que não conseguiu saldar toda a sua dívida. Esta parte, com 5 ha, foi *doada* por Manoel CL ao Waldir, com quem tinha uma dívida trabalhista – Waldir fora empregado em uma de suas fazendas e o lote era uma forma de pagar os *direitos*, pelos quais ele ameaçava entrar na justiça.

Manuca continuou com os seus 5 ha até janeiro de 2001, quando os vendeu a Izídio, um antigo morador de Rainha. Waldir e Rosa, em julho de 2001, venderam os lotes a José S, um vereador e fazendeiro que adquiriu os lotes para construir uma espécie de chácara.

Valdenor permaneceu com o seu lote até janeiro de 2000, quando o vendeu a Dió. Este, em julho do ano seguinte, também vendeu o seu lote a José S.

Em 2000, Francisco B vendeu 2,5 ha a uma amiga e irmã evangélica, Maria, que mora em Itupiranga e precisava encontrar um meio para assegurar a sua sobrevivência.

Em julho de 2001, o lote de Manoel CL encontrava-se dividido, portanto, entre:

- Francisco B com 22,5 ha;
- Maria com 2,5 ha;
- Izídio com 5 ha
- José S com 25 ha.

Lote do Laurindo P – com 50 ha, foi vendido integralmente, logo em 1991, a Teixeira. Este permaneceu até 1994/1995, quando o vendeu a Manoel S, um fazendeiro que já tinha uma propriedade vizinha à área do seu lote. Esta parte do lote, pois, hoje permanece integrada à fazenda de Manoel S.

Com esta genealogia, pode-se perceber, ademais, tanto a complexidade das relações envolvidas na compra e venda de lote, como uma diferenciação social interna à localidade de Rainha.

No que diz respeito à compra e venda, verifica-se, neste caso em particular, que, hoje, 70 ha (70% do lote) encontram-se em mãos de dois personagens fora do mundo camponês, José S e Manoel S, fazendeiros, sendo o primeiro também vereador de Itupiranga. Verifica-se, igualmente, que a compra e venda do lote não significam necessariamente uma descamponização, antes devendo ser vista como estratégias diferenciadas de recomposição das próprias relações camponesas, como são o caso de Maria e Izídio, que por motivos diversos abandonam a condição camponesa, migram para a cidade de Itupiranga e depois retornam. Desnecessário torna-se dizer que todas estas transações comerciais, bem como as sucessões na cadeia de propriedade, estão alicerçadas em regras consuetudinárias expressas na categoria *direitos*, tratada na primeira parte deste texto. Não há a figura do contrato escrito ou de qualquer papel que ateste a compra e venda dos lotes. São transacionados, pois, os *direitos* daquela ocupação em particular, válidos neste contexto tanto no interior quanto no exterior do universo camponês. É, pois, neste contexto de regras e direitos sucessoriamente consolidados, que se implanta o Projeto de Assentamento.

Na dinâmica fundiária acima apresentada, observa-se que metade dos lotes originais sofreram alterações, registrando-se parcelamento de cerca de 30% dos lotes.

No que diz respeito à diferenciação social interna, observa-se hoje em Rainha que os tamanhos dos lotes variam de 2,5 a 100 ha, além da interveniência intermitente das fazendas que agrupam de 3 a 6 lotes de 100 ha. As 79 famílias camponesas de Rainha estão distribuídas ao longo de toda a área original do castanhal, correspondente a 3.600 ha, em lotes que, de acordo com o tamanho, estão conformados conforme exposto na Tabela 5.



Tabela 5. Número de Lotes por Área - Rainha

Área dos Lotes/ha.	Total
Até 5	1
5 a 10	1
11 a 20	5
21 a 25	11
26 a 50	39
51 a 100	11
não indicou	11
Total	79

Fonte: Trabalho de campo, outubro/novembro de 2001.

Algumas observações são necessárias para o pleno entendimento da demografia de Rainha (Tabela 6). De acordo com cadastramento realizado pelo INCRA (SIPRA), havia, em 1999/2000, 90 famílias instaladas em Rainha. Em 2001, constata-se a existência de 79 famílias. O INCRA trabalha com a categoria *beneficiário da Reforma Agrária* e isto significa que havia 90 lotes incluídos no Projeto de Assentamento. Além destes lotes, foi identificada por este Instituto a existência de 09 lotes não familiares, isto é, fazendas. Em campo, identificou-se que do total de 90 lotes, 8 já haviam sido transacionados e 8 vendidos a fazendeiros já estabelecidos no local. Salienta-se que 2 lotes e

seus moradores, constantes do SIPRA Rainha, não foram identificados e 1 lote não está sendo contabilizado porque, conforme o presidente da APPR, este se encontra fora dos limites do PA¹³. Por outro lado, são identificadas pelos moradores apenas 8 fazendas, embora haja mais 2 fazendas cujos proprietários não residem no local e não são tratados como fazendeiros. As duas fazendas relativamente pequenas – 100 a 150 ha – pertencem a Manoel CL e a Manoel S, mencionados antes. Ainda que não tenha sido possível esclarecer definitivamente quais relações, além do tamanho e do uso da terra, interpõem-se na forma pela qual se identifica a fazenda e o fazendeiro no interior de Rainha, parece ser importante chamar a atenção para estas formas específicas de reconhecimento, uma vez que elas incidem diretamente sobre a identificação de quem tem *direito ao projeto de assentamento*. Na Figura 8, a seguir, que mostra o croqui elaborado por uma liderança local e submetido à aprovação de outros moradores e outras informações, as 8 fazendas identificadas como tal podem ser localizadas, estando as fazendas de Manoel S e de Manoel CL desenhadas como lotes camponeses.

Tabela 6. DINÂMICA DEMOGRÁFICA de RAINHA - conforme listas do INCRA (categoria: beneficiário)

1994	1997		2000		2001
66 famílias	Saem 33 famílias	Ficam 33 de 1994	Saem 27 famílias	Ficam 37 de 1994 ¹⁴	Saem 08 famílias Ficam 34 de 1994
		Chegam 48 novas		Chegam 36 novas	Não há novas famílias
TOTAL 66 famílias		TOTAL 81 famílias		Ficam 17 de 1997 TOTAL 90 famílias	Ficam 16 de 1997 Ficam 32 de 2000 TOTAL 82 famílias

Fonte: 1994 - Relação dos Ocupantes do Castanhal Rainha (02 de junho de 1994).

1997 - Fazenda Castanhal Rainha. Quadro Resumo Cadastral (05 de dezembro de 1997).

2000 - SIPRA, Acompanhamento do beneficiário, 1999/2000(?).

2001 - SR 27 – Beneficiário Última Situação (20 de novembro de 2001).

¹³ Sobre este lote e seus moradores não foi possível obter maiores informações.

¹⁴ Quatro famílias que não constam da lista de 1997 reaparecem em 2000.



Além das 79 famílias que são reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias (ver dinâmica demográfica registrada pelo INCRA, abaixo), a Associação dos Pequenos Produtores de Rainha reivindicava junto a este órgão a inclusão de mais 18 famílias que não foram cadastradas em 1997. A Associação argumenta que o INCRA não considerou, para efeito de cadastramento, as famílias cujos lotes são inferiores a 5 ha, como são os casos de Maria e de Izídio antes aludidos, bem como não considerou a dinâmica de parcelamento e partilhamento do lote que se verificou entre o período em que foi feito o cadastramento e o período em que foi concedido o benefício. Estas situações são amplamente reconhecidas como situações nas quais estas famílias têm *direitos* ao benefício.

Pode-se concluir, pois, que a *guerra de números*, isto é, que a diferença que se observa entre o cadastramento realizado pelo INCRA e a lista de potenciais beneficiários elaborada pela APPR não é resultado apenas da data do levantamento ou da dinâmica demográfica, ou mesmo da ineficiência do levantamento realizado por aquele Instituto, mas, também, da forma pela qual a inserção daquelas famílias é reconhecida naquele universo social. Assim é que o atual número de famílias assentadas em Rainha é resultado da forma como se define o *beneficiário* pelo INCRA e não corresponde ao número real de lotes camponeses existentes em Rainha. Para a Associação, pois, havia, em outubro de 2001, 97 lotes (Figura 8). Quem são os moradores de Rainha e como vivem a implantação do assentamento é o que será visto a seguir.

Os moradores de Rainha

Em Rainha, há, conforme dados de trabalho de campo realizado em outubro/novembro de 2001, 97 famílias, sendo 79 integrantes da lista de

beneficiários da reforma agrária. As 97 famílias correspondem à quantidade de lotes que são reconhecidos localmente como pertencentes aos *pequenos produtores*¹⁵ de Rainha. Neste número não estão incluídos, portanto, os *fazendeiros* e outras famílias que pertencem a outro grupo social, como é o caso, acima referido, de um vereador que recentemente adquiriu uma área na qual construiu uma chácara.

Do total de 97 famílias, foi possível obter dados censitários em campo sobre 71 famílias. Todos os dados percentuais que serão utilizados a seguir para proceder a uma caracterização geral destes *pequenos produtores* dizem respeito, pois, a estas 71 famílias, todas, vale dizer, beneficiárias do projeto de assentamento. Portanto, neste texto trabalha-se com 90% do total de 79 famílias inseridas no programa de reforma agrária, não estando contemplada a situação das famílias que, embora residentes em Rainha, estavam até outubro de 2001 fora do programa.

Procedentes prioritariamente do estado do Maranhão (33%), do próprio estado do Pará (28%) e dos estados de Goiás e Tocantins (12%), aproximadamente 52% das famílias estão em Rainha há mais de 10 anos (Tabela 7). Isto é, são integrantes daquela que pode ser identificada como a segunda geração que procedeu a ocupação. Tratam-se, pois, de famílias cujos chefes têm mais de 40 anos (67%), para muitos dos quais Rainha é a última parada de uma trajetória de migração (Tabela 8).

Por outro lado, já se encontram também como chefes de grupo doméstico em Rainha, filhos desta segunda geração de ocupantes que, tendo constituído uma nova família, ali permaneceram, seja ocupando parte do lote do pai, seja adquirindo pequenos lotes de 25 ha através do movimento de compra e venda que se verifica entre os próprios moradores.

¹⁵ Forma local pela qual se auto-identificam os camponeses que têm lotes em Rainha.

Tabela 7. Local de procedência das famílias - Rainha.

Procedência	Total
Bahia	4
Ceará	4
Espírito Santo	2
Goiás	4
Maranhão	24
Minas Gerais	4
Pará	20
Pernambuco	1
Piauí	2
Tocantins	6
Total	71

Fonte: trabalho de campo, 2001 e SIPRA 2001.

Tabela 8. Idade dos Chefes de Grupo Doméstico (beneficiários do INCRA) - Rainha.

Idade/anos	Total
até 30	06
31 a 40	12
41 a 50	14
51 a 60	17
acima de 60	16
não identificados	06
Total	71

Fontes: Trabalho de campo e SIPRA, 2001.

São ilustrativas desta história de migração e ocupação as trajetórias de Francisco B e Antonia L, o primeiro morador de Rainha desde 1991 e a segunda desde 1976/1978, sendo uma das únicas remanescentes da primeira geração de ocupantes.

Antonia L é viúva de Manuel L¹⁶, um maranhense do município de João Lisboa que ainda jovem deixou a casa dos pais e veio para o Pará, em 1968, em busca de terra. Depois de algumas tentativas de fixação e de um casamento fracassado, Manuel L conheceu Antonia L e passou a morar em uma *terra dos outros*, mais ou menos em 1972/1973, numa

localidade denominada Santa Rita, vizinha à Agrovila implantada pelo INCRA. Um irmão de Manuel L havia se deslocado para Itupiranga, onde se casou e ocupou uma terra. No início de 1976, este irmão avisou a Manuel L que havia uma terra devoluta no castanhal Rainha que havia sido abandonada. Esta informação, por sua vez, havia sido difundida pelo morador que dona Ceci havia deixado tomando conta da sede da fazenda, parente da mulher do irmão de Manuel L¹⁷. Manuel L, então, veio, fez a derrubada, queimou a roça e foi buscar Antonia L. A família, constituída do casal e mais três filhos, vem para Rainha. Com o apoio do irmão, chega em Rainha no dia 20 de outubro de 1976, com a roça já queimada, e consegue a primeira e única ocupação definitiva da terra em suas trajetórias. O parentesco com o morador do castanhal garante-lhes uma situação privilegiada, assim narrada por Antonia L:

"A terra era devoluta, todo mundo podia vir morar. Aí nós viemos e tiramos um lote. Ninguém disse nada. Quando tava assim com 2 anos, aí veio um homem, um irmão da Ceci. Chegou e disse que era para botar o povo pra fora. Mas meu marido era parente do homem que eles tinham botado na beira-do-rio, de onde era a sede. (...) O irmão da Ceci veio dizendo que era pro povo sair. Ele encostou lá em casa, conversou foi muito. Disse que era pra gente sair, porque a Ceci ia tomar de conta, não sei quê, papapá. Aqui com nós ele nunca aloprou. Seu Demétrio (o parente) pediu pra ele que era prá deixar nós, que era parente ... ele deixou, mas o Manuel L não quis ficar não. Porque ele chegou junto com os outros e ele não quis sair da patrulha. Saímos, mas só pra dizer. Saímos em outubro, novembro e voltamos em abril. Até hoje. Ele morreu e deixou nós aqui." (depoimento colhido em 2001).

Manuel L ficou reconhecido como o primeiro ocupante da área e manifestou a sua intenção de permanecer naquela terra já nos primeiros anos da

¹⁶ Manuel L faleceu em setembro de 1993, em Rainha, e Antonia L assumiu o comando da família e a representa em todos os eventos associativos.

¹⁷ Há uma outra versão que atribui esta informação ao pessoal do Sindicato, que na época tentava se organizar, tendo sido criado em 1977.

década de 80, quando doou parte do seu lote para construir a igreja católica de Rainha, a primeira edificação coletiva, símbolo não apenas religioso, mas, sobretudo, representativo da constituição de uma coletividade naquele lugar. Construída primeiro de palha e adobe, foi sendo paulatinamente reformada até ser totalmente edificada em madeira.

Francisco B nasceu no Piauí, na beira do Rio Parnaíba, e seu pai trabalhava nas terras de uma senhora idosa, em sistema de meação. Quando estava com 16 anos, em 1960, toda a família mudou-se para a Baixada do Mearim e em seguida para o Lago Açu (Ma), onde se consolidaram como pescadores. O pai, juntamente aos filhos, conseguiu adquirir uma canoa, tarrafas e outros apetrechos de pesca que lhes permitiam se sentir recompensados com o trabalho. Em 1966, com a morte do pai, há uma dispersão no interior da família. Francisco B volta para o Mearim e dois de seus irmãos migram para o Pindaré. No Mearim, em uma localidade denominada São Mateus, Francisco B casa-se com Dona Maria B, quatro anos mais velha do que ele, filha de lavradores sem terra, acostumada a lidar com a vida na lavoura, que alimentava o sonho de ter o seu próprio sítio. *"Pelejando na terra de um e de outro"*, Francisco B e sua família ficam em São Mateus, como pescadores-agricultores, até 1974, quando então decidem ir para o Pindaré, juntar-se aos irmãos e continuar a sua vida de pescador e agricultor. No Pindaré, onde ficou até 1987, arrendava uma terra: *"todo ano botava roça e pagava renda – 1 saco e meio de arroz por linha"*.¹⁸ Com sete filhos e uma vida *aperreada*, resolveu aceitar o convite de um *conhecido* para vir procurar terra no Pará. Veio no trem da Companhia Vale do Rio Doce e foi trabalhar como diarista na fazenda de Eliseu, onde o conhecido que o havia convidado era morador. Era abril de 1987, safra do arroz:

"O Pedro (o conhecido) se aborreceu e aí saiu e me deu a roça pra eu fazer a meia com ele. Eu não quis, porque o arroz tava muito pelado. Aí ele disse: me dá (apenas) um pilão de arroz que tá bom. Fiquei. Aí quando tava colhendo o arroz, ele chegou e disse: tá medindo o arroz que tá comendo? Pra repartir. Deu aquela confusão, trocamos idéia, resolvemos. Deu 80 e poucos volumes, fora os que comi. Deu 44, 46 volumes pra cada um. Fui pra Itupiranga (...) Tava um dia lá na casa de Felícia (parente de Pedro), quando passou uma mulher vendendo perfume e perguntou:

– De onde você é?

– Do Maranhão

– Rapaz, meu marido tem uma terra. Quer ir pra lá? Me deu o endereço. Fui olhar a terra, me agradou." (depoimento colhido em 1996)

Francisco B, então, com o dinheiro da venda do arroz volta para o Pindaré e vai buscar a família para trabalhar naquela terra. Retorna em outubro de 1987 e permanece nesta terra arrendada até 1991, quando compra os *direitos* de 25 ha em Rainha.

Esta característica de reduzida mobilidade (Figura 9 e Tabela 9) parece ter feito com que em Rainha se encontre hoje um grupo de moradores que consolidou através do tempo uma rede de sociabilidade, através da qual se construiu o objetivo comum de conseguir formas para permanecer e cada vez melhorar a situação vivida na terra.

Vale ressaltar que, desde o início da ocupação, se verifica em Rainha uma composição de unidades familiares aparentadas entre si, chegando a conformar, em 1994, 6 ou 7 grupos familiares extensos, o que pode ser observado na Figura 10.

A periodização constante da Tabela 9, marcada pelos anos de 1988 e 1997, diz respeito à forma como os moradores de Rainha vão sedimentando a própria ocupação. De acordo com a história local, até mais ou menos 1988 havia de certo modo um clima de insegurança em relação à ocupação, com

¹⁸ De acordo com Francisco B, em uma *terra boa*, *"1 linha dá até 10 sacos de arroz"*.

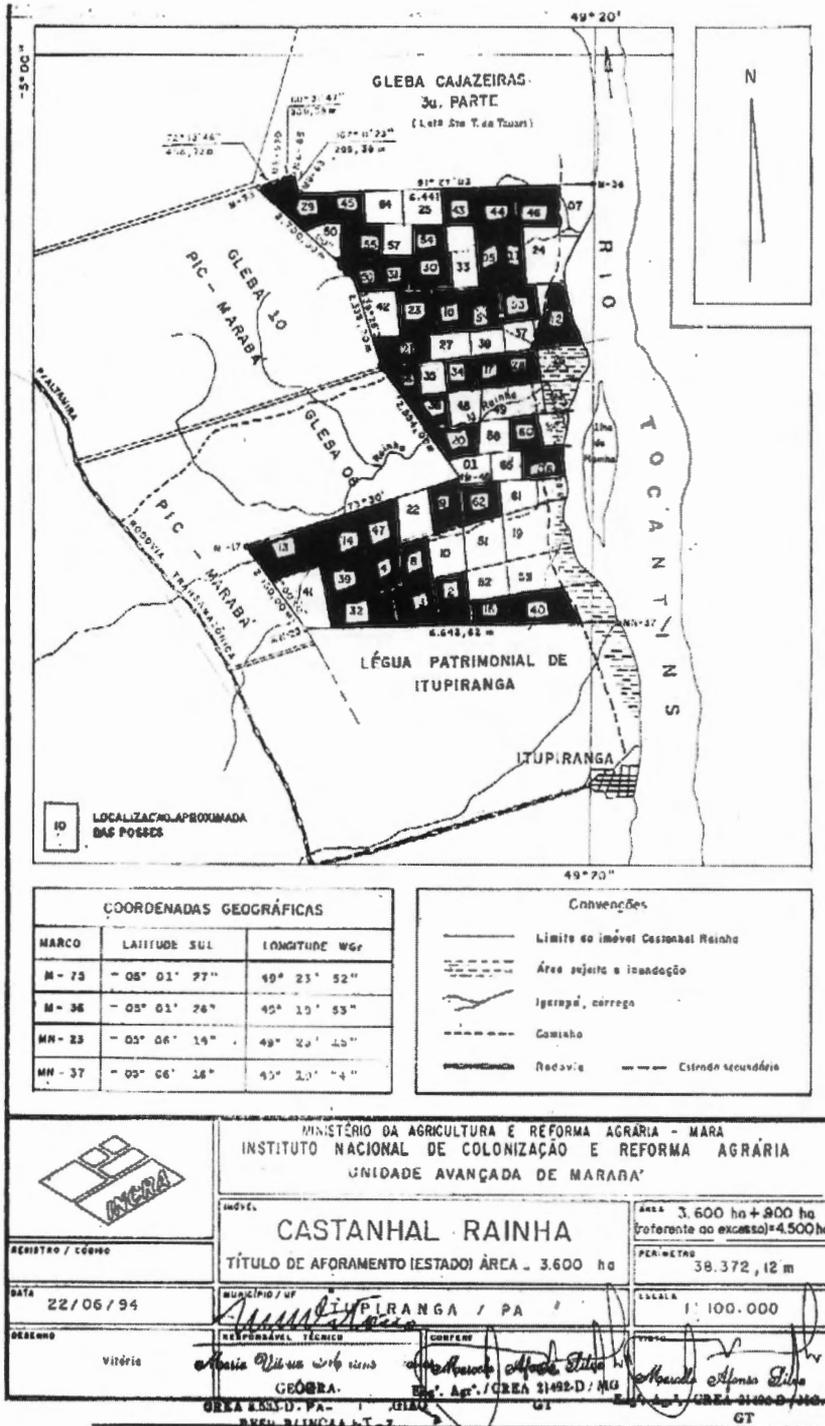


Figura 9. Mapa das famílias que permanecem em rainha desde 1994 (número de lotes existentes em 1994-1966).



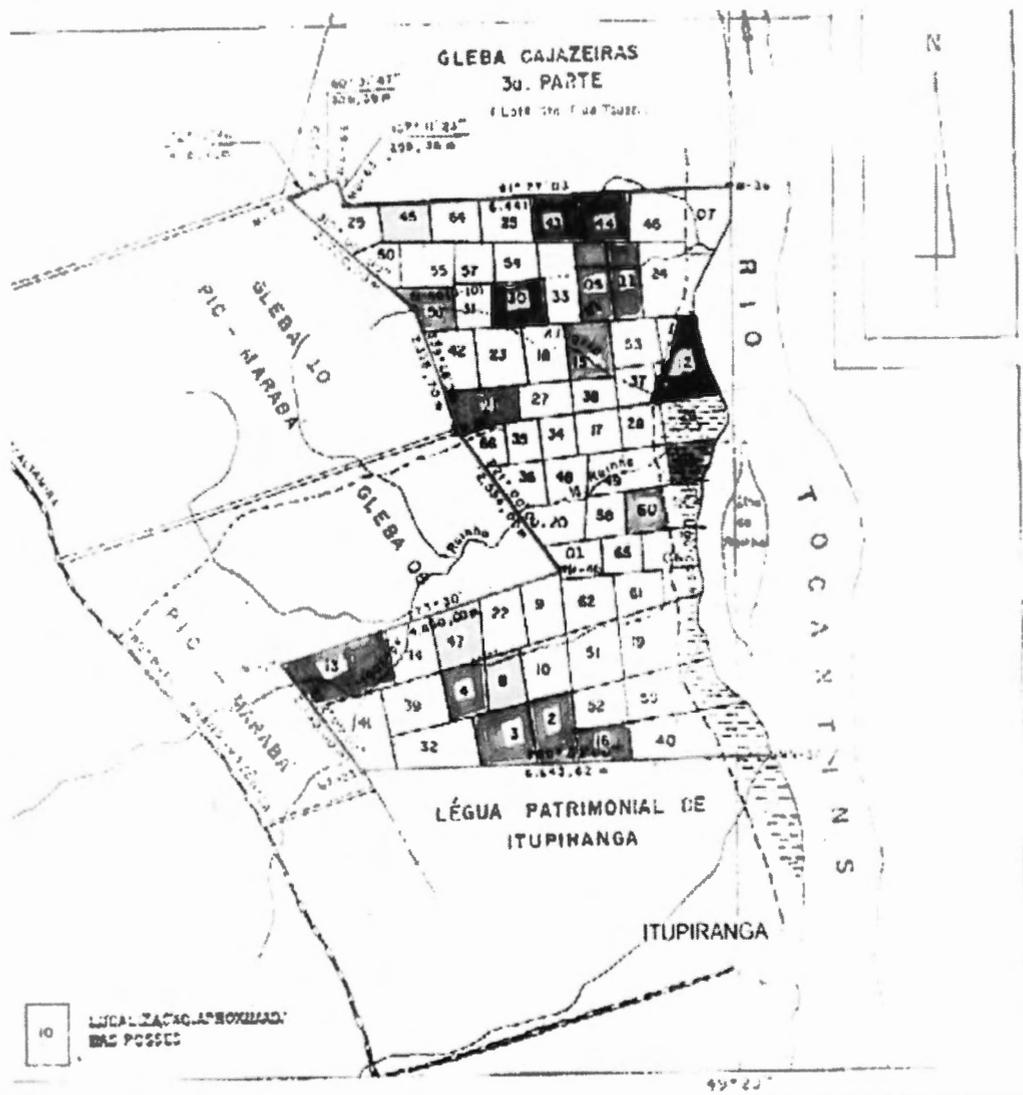


Figura 10. Mapa das unidades familiares e parentesco.

Rainha no centro de uma área que foi palco de muitos conflitos. Este clima de insegurança, pelo que se conta, parece ter sido diminuído paulatinamente, a partir do momento em que se implanta uma Delegacia Sindical no local, que foi assumida por Francisco M até 1999, quando as funções por esta desempenhadas foram encampadas pela Associação dos Pequenos Produtores de Rainha (APPR).

Tabela 9. Ano de chegada das famílias

ANO DE CHEGADA	Nº de Famílias
Até 1988	41
1988-1997	22
1997-2002	08
TOTAL	71

Fonte: Trabalho de campo, 1996 e 2001



Em 1986, Francisco M, irmão de Manoel M, líder sindical e um dos integrantes da primeira geração de ocupantes de Rainha, migra de Jacundá para Rainha, de onde obtivera informações sobre a disponibilidade de terra através de seu irmão Manoel M. Com experiência anterior de ocupação da terra de Jacundá, na qual teve que enfrentar diversos momentos de tensão e conflitos, Francisco M, em função do parentesco com Manoel M, era, de certo modo, portador das notícias do Sindicato e das lutas que se organizavam na região. Com jeito manso e boa conversa, aliou-se a Manuel L para a construção da Igreja Católica em 1987/88 e dela assumiu a Coordenação até mais ou menos 1997/1998 e igual função já havia assumido em Jacundá. Na sede da Igreja, algumas vezes com a presença de missionários que foram trabalhar no município de Itupiranga, rezavam e conversavam, ou, como diz Antonia L, “*discutiam os destinos do povo de Deus*”.

No campo político, também se destacava José RS, um homem alto, forte e destemido, que migrou do atual estado de Tocantins para Itupiranga na década de 60 e que também havia ocupado um lote em Rainha, desde a primeira fase de ocupação. Morava em Itupiranga e trabalhava em seu lote, juntamente aos filhos e genros. Seu José RS torna-se um importante *cabo eleitoral* na primeira vitória do PMDB para a Prefeitura de Itupiranga¹⁹, na primeira metade dos anos 80, posteriormente assume cargo de direção no Sindicato de Trabalhadores Rurais e em outras Associações de Trabalhadores. Com uma trajetória marcada pela ascensão social e política, sempre tranquilizava os demais moradores de Rainha sobre os aliados com os quais seria possível contar em casos de tentativa de expulsão.

De acordo com o SIPRA/INCRA de Rainha, 1988 é também o ano de criação do projeto de constituição do Assentamento. Os moradores

parecem desconhecer este episódio, pois em campo não foi encontrada qualquer alusão a este fato.

O que para os moradores parece importante, ao destacarem o ano de 1988, é que a partir daquele ano, com a edificação de um espaço para reunião e organização, com a implantação da Delegacia Sindical, com uma história de ocupação que já completava 10 anos, iniciava-se uma nova fase para Rainha: a fase da organização e implantação de projetos para a melhoria das condições de vida no local. Esta fase desemboca na criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rainha (APPR), em 1997.

Afinal, quando buscam na memória os primeiros anos da ocupação, encontram imagens e fatos cujos relatos são evidências do isolamento e das dificuldades enfrentadas.

“A Rainha era só mata. Eu vim pra aqui por dentro, de pé. Tinha uma veredinha pra acolá. Veredinha mesmo. Você passava quase o dia todo pra chegar em Itupiranga, aí por dentro do mangal. Ave Maria, chorei muito. Cada qual chegava, fazia sua casa, ia chegando, emendando, aquele sofrimento. Quando muito os bagulhos vinham ali pelo rio, lá no portinho, e nós arrastava tudo aquilo por essa mata adentro.” (Antonia L, 2001).

“Nós viemos pra cá aí por dentro, passando por dentro desse igarapé, só mangal (mangue). A Preta (neta) quando chegou aqui nesse alto, debaixo de uma castanheira que tinha bem ali se danou a chorar. Eu olhei prum lado, olhei pro outro, o capelão gritou lá adiante ... Pensei. É pra sofrer, mas é aqui que nós vamos vencer. Tinha comprado a terra, a primeira vez. Desses meus olhos parecia que descia um rio (de lágrimas), fui prum canto, fui pro outro, descilá no rumo do igarapé (...) Eu já conhecia isso aqui como a palma da minha mão, virgem, olhei muito pra mode comprar. Sentei lá no pedral, lá onde nós tomamos banho, e gritei: Valei-me meu Deus, aqui nós vencerá. A Maria B gritou: tá doído homem?” (Francisco B, 1996).

Como projetos, no período 1988-1997, destacam-se: Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), Fundo Constitucional Norte

¹⁹ Este Prefeito e seu grupo continuam se sucedendo na Prefeitura até hoje.



(FNO), Centro Agro-ambiental do Tocantins (CAT), Usina de Arroz/CPT e o anúncio do projeto de Assentamento/INCRA. A partir de 1997, destacam-se, além do projeto de assentamento, o projeto da farinha e o projeto do abacaxi, desenvolvidos com o apoio da Prefeitura Municipal de Itupiranga.

Em torno destes projetos estrutura-se uma teia de relações, cujos contornos definem o perfil das relações sociais em Rainha.

Antes de tratar sobre os projetos e o seu significado para os *pequenos produtores* de Rainha, cabe salientar ainda uma particularidade em relação aos moradores, que diz respeito à mobilidade espacial Rainha-Itupiranga, facultada pela proximidade existente entre as duas localidades.

Distante apenas 8 km de Itupiranga, o acesso a Rainha, conforme pode ser observado na Figura 8 anteriormente apresentada, é realizado através de uma estrada que liga Itupiranga a Santa Tereza do Tauiry, tradicional povoado das margens do rio Tocantins, recentemente incentivado a se transformar em ponto turístico do município, através de várias ações diretas ou indiretas da Prefeitura local, dentre as quais se destacam o próprio melhoramento da estrada, a instalação da rede de energia elétrica, a construção de uma pousada e a implantação de duas linhas de transporte coletivo (uma Kombi e uma caminhonete). Rainha está, então, encravada entre a sede do município e o seu principal ponto turístico.

Para os moradores de Rainha esta nova infraestrutura contribuiu para melhorar uma situação de articulação entre os dois espaços²⁰, uma vez que Itupiranga sempre cumpriu para eles o papel de lugar do comércio, da saúde e da educação por excelência. A rigor, numa aparente contradição, cerca

de 30% dos *pequenos produtores* não moram efetivamente em Rainha. Trata-se de famílias camponesas que têm duas casas: uma no lote, outra na *rua*, reeditando a histórica combinação *centro-beira* que caracteriza os arranjos socioespaciais nesta região. E, embora não tenha sido possível identificar o percentual, há também famílias que possuem casa em Itupiranga e se consideram moradores de Rainha. Em termos aproximados, pode-se estimar que cerca de 50% dos *pequenos produtores* de Rainha têm duas casas: uma no lote e outra na cidade, sendo variável entre eles o reconhecimento do local de morada.

Em Rainha, as casas estão dispostas individualmente nos lotes, não havendo qualquer aglomerado residencial. Nesta conformação espacial, destacam-se duas pequenas aglomerações de edificações: uma em que se encontram os prédios da Escola, da Igreja Católica e da Igreja Universal; e outra, na qual se localizam a farinha e a usina de arroz (Anexo 1).

Embora não tenha sido objeto deste trabalho uma interpretação mais fina da articulação lote-rua, neste contexto é possível perceber que o pertencimento à Associação de Pequenos Produtores de Rainha (APPR) é um fator interveniente nesta definição. Não pelo ato formal do associar-se, mas porque ser sócio significa participar de *projetos* e estes demandam envolvimento e tempo que a morada na rua parece dificultar. Por outro lado, definir-se como morador parece implicar a defesa e busca de respostas coletivas para determinadas situações, respostas estas que são encontradas através dos *projetos*.

Francisco B define-se como morador de Rainha, onde adquiriu um lote de 25 ha em 1991 e, com seu jeito todo especial de dar explicações, fala a respeito deste pertencimento e desta busca coletiva por melhoria das condições de vida:

²⁰ Além da estrada, os moradores de Rainha começam a planejar a instalação de energia elétrica em suas casas, aproveitando a passagem da linha para Tauiry. Esta ainda é uma iniciativa muito cara – aproximadamente R\$ 800.00 – que apenas dois moradores conseguiram, individualmente, bancar.



"Como bem eu, eu sou morador. Meu lote é aqui, minha casa é aqui eu vou caçar melhoria pra mim que tou aqui. Quando a melhoria vem, vem pra todo morador. Agora tem aqueles que não moram aqui, tem seu lote, tão na patrulha, não vamos dizer que não são companheiros, mas já bem que eles querem a melhora lá pra rua. Nós não, nós quer a melhora pra nós, pro lote e pra aqui. Você sabe que eu estou desde o viveiro, é nós lutando, é a usina de arroz, eu boto os meus meninos (pra trabalhar) e é nessa peleja toda pra todo morador, não é só pra mim (...) Agora mesmo você tá vendo aí a Igreja (de evangélicos). Com nós aqui são 05 famílias e nós fomos, fomos, fizemos a Igreja, porque somos moradores. Moramos aqui. Aqui que tem que estar nossa Igreja."

Posteriormente, será visto como a casa que é doada no âmbito da implantação do projeto de assentamento é incluída neste esquema preexistente de dupla moradia. Na Tabela 10, pode-se visualizar como se identifica a morada, a partir do pertencimento à APPR:

Tabela 10. Local de Morada e Associação - Rainha.

	Residência			Total
	em Rainha	em Itupiranga	sem informação	
Sócio da Appr	27	9	-	36
Não Sócio	10	15	10	35
Total	37	24	10	71

Fonte: Trabalho de campo, 2001.

O que se pode afirmar é que são principalmente as famílias moradoras e sócias da APPR que imprimem a feição social observada em Rainha. E é a partir dos depoimentos colhidos junto a algumas destas famílias que serão analisadas as relações que os moradores estabelecem com os *projetos*.

Para efeitos deste trabalho, parece importante remarcar a diversidade de relações que os *pequenos produtores* estabelecem com os seus lotes, uma vez que o desvendamento delas pode contribuir para sofisticar as diversas formas pelas quais aparecem os assentados e os assentamentos.

Os moradores de Rainha e os *Projetos*

Pelo que se pode depreender, a partir da organização da produção em Rainha, das iniciativas econômicas de seus moradores e dos depoimentos sobre estas iniciativas, a implantação do que chamam *projetos* foi definitiva para a própria constituição e reprodução social daquele campesinato.

Conforme mencionado anteriormente, *projetos* é uma categoria bastante ampla que abrange desde os financiamentos bancários dirigidos para o *pequeno produtor*, como PROCERA e FNO, o próprio projeto de assentamento até iniciativas de organizações não-governamentais voltadas para a introdução de técnicas produtivas e outras transformações nas práticas econômicas e sociais. Da perspectiva dos moradores de Rainha, o projeto não é apenas o planejamento de uma determinada ação ou atividade. E aqui cabe uma distinção que eles operam entre o que pode ser considerado como três fases de um projeto: o planejamento, o papel e a execução.

1) O planejamento é realização de alguém ou de alguma instituição de fora do mundo camponês – o assessor, O INCRA, a EMATER, a Prefeitura, enfim, qualquer ator com o qual ele pode se relacionar para obter o *papel*. Para este planejamento os *pequenos produtores* podem ou não contribuir diretamente com as suas expectativas e reivindicações. De todo modo, o objetivo do projeto é trazer *melhoria* para o produtor.

2) O papel, resultado do planejamento, é uma espécie de pré-materialização do projeto. É a partir dele que os camponeses planejam as suas atividades, e, principalmente, organizam-se para conseguir o projeto e executá-lo. A concretude do papel, por sua vez, isto é, a sua existência confere-lhe o conteúdo e a garantia de um *direito*, pelo qual eles lutam. O papel, desta perspectiva, pode ser o cadastro do INCRA, o croqui da farinha, o cadastro no Banco etc.



3) Na fase de *execução*, então, o projeto é inteiramente do *pequeno produtor*, tanto individual quanto coletivamente, e nesta fase ele o atualiza e o torna de acordo com a sua situação concreta.

Assim é que, quase metonimicamente, *direitos e projetos* articulam-se em um universo voltado para a própria reprodução da condição social camponesa.

Em uma possível arqueologia da importância dos projetos e de sua busca pelos moradores de Rainha, chega-se aos anos 80, época em que eles tomam conhecimento do Projeto do Rio da Esquerda.

"Nós não trabalhava, não progredia porque não tinha condições. Era só naquilo, não tinha dinheiro, não tinha nada pra investir no trabalho, aí a gente começou a saber que o governo ia financiar dinheiro pro povo, um dinheiro pra trabalhar, derrubar, fazer a roça. Quando nós foi ver era só pra área de projeto de governo, que era uma área do projeto Rio da Esquerda e o dinheiro era só pra o projeto, pra quem tinha projeto. A nossa área não era própria. Todo mundo ficou com vontade de pegar nesse financiamento mas não teve condições" (Francisco M, 1996).

Provavelmente, Francisco M está se referindo a um projeto de colonização, implantado pelo GETAT, em 1988, no qual os moradores habilitavam-se ao financiamento bancário. Alguns moradores de Rainha relatam casos de conhecidos que conseguiram obter financiamentos no Banco do Brasil, a partir dos quais realizaram progressos importantes em suas atividades econômicas.

No sudeste do Pará, a rigor, o surgimento dos projetos está vinculado à realização de pequenas *coisas*, voltadas para a melhoria das condições de vida dos camponeses, para a qual se contava com jornadas coletivas de trabalho, os chamados *mutirões*. Estes projetos destinavam-se à construção de um roça comunitária, à construção de uma associação etc. Vale

dizer que o projeto distingue-se de outras atividades coletivas voltada para o mesmo fim, isto é, para a *melhoria* das condições de vida, porque conta com algum tipo de aporte financeiro externo.

Em Rainha, de fato, o primeiro *projeto* data de 1992, quando, por iniciativa do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT)²¹ e da Federação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA), foi implantado um viveiro de mudas de cultivos permanentes, através de um sistema de treinamento de práticas de enxertia, de experimentos com novas espécies e do fornecimento de mudas. Simultaneamente, foi implantado o *projeto* de horta comunitária que visava à introdução de práticas de cultivo voltadas para a segurança alimentar. Numa espécie de divisão sexual do trabalho, o viveiro era organizado predominantemente pelos homens e a horta pelas mulheres.

Para o *projeto* do viveiro, foi criada a primeira forma associativa local, depois das mencionadas reuniões na Igreja. Faziam parte do viveiro 16 famílias reunidas por Francisco M, que, como delegado sindical, cedeu a área para a implantação do mesmo. Francisco B era responsável pela assistência técnica e pelo controle do trabalho associativo, de certo modo fazendo funcionar o grupo. O *projeto* do viveiro perdurou até mais ou menos 1996/1997, com o número de participantes sendo reduzido a 8 famílias. A partir deste projeto, os participantes do viveiro, denominados sócios, implantaram em seus lotes novos cultivos, com destaque para o coco, o cupuaçu, o urucum e a laranja. Em paralelo, venderam centenas de mudas para outros *pequenos produtores* e até para pequenos fazendeiros do local, no âmbito do financiamento do FNO, iniciativa que lhes proporcionou alguma resposta financeira. Ao que parece, esgotada a capacidade de retorno financeiro do viveiro, este foi sendo paulatinamente abandonado. Aliado a esse

²¹ O Centro Agro-ambiental do Tocantins, coordenado pelo Prof. Jean Hébette, foi o projeto não-governamental de maior envergadura já implantado em toda a mesorregião. Para uma avaliação do CAT (HÉBETTE; NAVAGANTES, 2000).



esgotamento, parece ter sido partilhado entre os sócios o sentimento de que ao investimento em cultivos permanentes não correspondia à certeza de conquista do mercado. Em setembro de 1996, havia no viveiro 2.480 mudas de cupuaçu e 278 de laranja, sobre as quais Francisco B comentava:

"O problema é a comercialização; já tenho 30 pés de laranja. O Jorge (técnico do CAT) disse que estão montando a câmara (frigorífica) pra cooperativa comprar. Não sei. Já deu problema no arroz que eles compraram porque comprava e pagava depois e deu problema porque na classificação dava valor diferente ..."

A horta comunitária, por sua vez, teve uma vida mais efêmera, sendo realizada apenas nos anos de 1994 e 1995, sucumbindo às dificuldades de conciliação do trabalho feminino na casa e na roça e, especialmente, às desavenças relativas ao tempo de trabalho investido e ao retorno do produto obtido²².

Ainda em 1994, foi considerada como boato a notícia de que Rainha seria transformada em projeto de assentamento do governo:

"Andaram por aqui uns técnicos do INCRA, o pessoal do Sindicato disse pra nós que era pra mostrar os lotes, as benfeitorias, mas eu acho que é tudo boato. Mas nós tem a esperança de que isso vai melhorar e nós vamos caçar os nossos direitos. Se nós temos direito do projeto do governo (assentamento) nós vamos caçar esse direito. Nunca mais eles voltaram." (Francisco M, 1996)

Efetivamente, em 1994, foi realizada pelo INCRA uma vistoria para identificação dos ocupantes, que resultou no mapa exposto na Figura 2. Todavia, o projeto só foi implantado em 1999, conforme será visto a seguir.

Em 1996, ainda por iniciativa da delegacia sindical, foi implantado o projeto da máquina de arroz (Figura 11), do qual participaram 10 dos 16 sócios integrantes do viveiro. Com o apoio da Caritas do Brasil, a CPT adquiriu uma máquina beneficiadora de arroz, que foi entregue àquele grupo de pequenos produtores com as seguintes condições: a sede da máquina deveria ser construída e administrada por eles e com recursos próprios; e 50 % do valor de compra da máquina deveria ser ressarcido à CPT em duas parcelas a serem pagas (em moeda ou em arroz) em 1998 e 1999.



Figura 11. Usina de arroz em 1996.

²² Em Magalhães (2000), encontra-se uma análise do projeto de horta comunitária desenvolvido pelo CAT.

A máquina para beneficiamento de arroz proporcionava, de imediato, um retorno financeiro importante. Conforme dados de 1996, os sócios do projeto pagavam R\$ 3,00 pelo beneficiamento de um saco de arroz de 50 Kg, enquanto o valor cobrado pelas demais usinas variava entre R\$ 6,50 e R\$ 7,00, aos quais tinha que se adicionar o frete para o transporte até Itupiranga. Para os demais moradores de Rainha cobrava-se R\$ 6,00 pelo beneficiamento do saco de 50 kg. Pelo que foi possível observar, em 1996 havia várias dificuldades relativas à administração da pequena usina, bem como dificuldades técnicas que àquela época já causavam um certo descrédito entre os possíveis clientes da usina: os demais *pequenos produtores* de Rainha. Em 2001, a usina estava praticamente parada e já havia um novo projeto junto à Prefeitura pra recuperação de sua sede, em risco de desmoronamento (Figura 12).

a) O FNO

Foi também em 1996 que alguns moradores conseguiram aquele que foi considerado o maior projeto até a implantação do assentamento em 2000/2001: o acesso ao Fundo Constitucional Norte (FNO) especial²³. O longo depoimento de Francisco M, transcrito a seguir, evidencia o significado que teve o FNO sobre as expectativas daqueles camponeses naquele momento:

“O FNO foi o primeiro projeto de verdade pra todo mundo. Podia ter documento de terra, podia não ter, podia estar do jeito que fosse. Ele tendo os documentos dele pessoal, então podia entrar no FNO. O FNO especial era pro pequeno produtor e aí nós ficamos aqui todo mundo, vamos ver que nós vamos fazer esse projeto de financiamento. De onde vem isso? Vem do Banco. O Banco da Amazônia que vai financiar e é pro pequeno produtor, mas tem que ser um trabalho organizado. Tem que ser através de uma associação ou cooperativa (...) Só não do Sindicato. Mas se tiver outro tipo de associação pode



Figura 12. Usina de arroz em 2001.

²³ O FNO especial, resultado de intensa mobilização dos trabalhadores rurais, criado em 1995 e trata-se de um financiamento específico para os agricultores rurais de base familiar da região Norte.

investir nesse FNO. Aí nós começamos. Já existia uma Associação aqui em Itupiranga que se chamava Caixa Agrícola e essa associação estava associando o pessoal, mas a gente não sabia que era através dela que a gente ia tirar o dinheiro. Mas quando surgiu o FNO que disse que era uma Associação organizada que a gente podia investir pra tirar o financiamento, nós investimos com todo mundo pra Caixa Agrícola (...) Aí veio a organização do povo se associando, a gente partiu da Caixa Agrícola pra Emater. Caixa Agrícola e Emater organizaram os papéis (...) o banco veio pra Itupiranga que é nossa cidade próxima (...) Trouxeram os papéis pra todos os agricultores que iam ser financiados, se inscreverem lá, fazer seu nome, os que soubessem ler e os que não soubessem botava o dedo. (...) Pra quem quer trabalhar e pensa no futuro, é uma coisa boa." (depoimento colhido por Aloysio Guapindaia em dezembro de 1996, grifos meus).

Esta espécie de euforia manifestada por Francisco M parece ter sido compartilhada por grande parte dos *pequenos produtores* de Rainha que, então, se associaram a esta organização denominada Caixa Agrícola, criada e dirigida por líderes sindicais de Itupiranga, dentre os quais José RS. De fato, entre 1994 e 1996, foram criadas 16 associações no Município de Itupiranga²⁴, todas tendo como um de seus principais objetivos os financiamentos do FNO. Embora não tenha sido possível saber o número total de inscrições solicitantes, é significativo que 26 *pequenos produtores* de Rainha tenham conseguido obter o financiamento. À exceção de Francisco B, todos os integrantes do projeto do viveiro e da usina de arroz foram contemplados. Tratava-se, em Rainha, de dois tipos de contrato, com valores de R\$ 8.842,50 e R\$ 11.772,50 (Tabela 11).

Tabela 11. Tipos de Contrato.

	CONTRATO I R\$ 8.842,50	CONTRATO II R\$ 11.772,50
Inversões fixas	R\$ 3.886,50	R\$ 4.596,50
Cupuçu	R\$ 1.676,50	R\$ 1.676,50
Cerca de arame	R\$ 2.190,00	R\$ 2.920,00
Inversões semi-fixas (gado)	R\$ 4.600,00	R\$ 6.800,00
Custeio do arroz	R\$ 376,00	R\$ 376,00

Este financiamento mudou a paisagem de Rainha, incrementando a criação de gado no local e, sobretudo, contribuindo para aumentar a diferenciação social em seu interior²⁵. Até 1996, apenas 8 famílias criavam gado e em pequena quantidade (Tabela 12).

Tabela 12. Número de cabeças de gado.

	Antes do FNO	Com o FNO
Francisco M	05	21
Benício S	02	25
José A	nenhuma	10

Fonte: Trabalho de campo, 1996

Vale observar, ademais, que o aumento do número de cabeças de gado ou mesmo o início da criação do gado também se verifica para algumas famílias que não solicitaram ou não conseguiram obter o financiamento: através do sistema de meação, algumas unidades familiares fazem pequenos pastos que são utilizados para este fim e conseguem, marginalmente ao sistema de financiamento, dele participar. Este foi o caso, por exemplo, de Antonia L. Em 1995, ainda se sentindo fragilizada com a morte do marido, não quis solicitar financiamento. No entanto, *pegou 5 cabeças de meia* com Benício S e Maria L, esta última conhecida por sua criação de gado desde que chegou a Rainha²⁶.

²⁴ Datam deste período várias Associações que depois encaminhariam os *projetos* de assentamento, como por exemplo: APACREI (Associação dos pequenos agricultores de Cristo Rei), AGP (Associação de produtores do Geladinho), APPP (Associação dos Pequenos Produtores de Palmeira) etc.

²⁵ Para uma análise da criação de gado em Rainha (GUAPINDAIA, 1997).

²⁶ Para uma análise do sistema de meação em Rainha (ABE, 1997).



Grande parte dos contratos com o FNO foi firmada em novembro de 1996. Em 1997, um grupo de moradores de Rainha decidiu criar a APPR, como uma forma de conseguir mais *projetos*, independentemente da Caixa Agrícola, acreditando que através de uma Associação própria poderia obter mais resultados. Desde então, os *pequenos produtores* de Rainha dividem-se entre os que são sócios da APPR e os que não o são, isto é, que permaneceram associados à Caixa Agrícola. Nesta busca por *projetos*, há pelo menos quatro *pequenos produtores* que são associados às duas Associações. Mas o que se quer chamar a atenção com o detalhamento sobre estes *projetos* é para as condições preexistentes que facultam a percepção da implantação do assentamento, em 1999, como mais um projeto para a melhoria das condições de vida em Rainha, sem qualquer vínculo explícito, no discurso dos camponeses, com o conteúdo de Reforma Agrária que ele porta.

Mesmo entre os dirigentes sindicais, o sentido da Reforma Agrária que é verbalizado está mais vinculado ao incremento das atividades produtivas do que à apropriação da terra.

"Aqui é o seguinte: hoje ainda estamos mais brigando pela manutenção do cliente no lote. Por que a questão fundiária já, já, a gente já resolveu. Por exemplo, Itupiranga, esses outros municípios aí, já foi, já tá resolvido mais ou menos – de 60 a 80%. Ou seja, aqui em Itupiranga não tem mais grandes latifúndios. Não tem nas áreas tudinho aí, já tá tudo ocupada. Que a briga agora é pela... mais por uma política agrícola. A reforma em si, que a gente entende como uma apropriação da terra e assentamento do colono, aqui, praticamente, é poucos que falta ainda. Aqui, se você for caçar um sem terra mesmo, aqui em Itupiranga, eu acho que é difícil você achar.

Sônia: não tem?

Dir. Sindical: Quase tudo aqui já tem terra. O movimento aqui é só o sindicato com as associações... Por isso que você perguntou ontem, eles num falam tanto assim em reforma agrária". (entrevista realizada em 2001).

Além dos projetos, ou melhor, em concomitância aos projetos, existe a prática de solicitar a políticos locais, especialmente a vereadores, deputados estaduais e prefeito, contribuições para a aquisição de equipamentos ou realização de serviços coletivos. Para isto contam com uma relativa continuidade no grupo gestor da Prefeitura que, desde os anos 80, vem sendo liderado por José Milesi, ex-missionário católico que, desde o início de sua carreira político-partidária em 1984, integra o PMDB. Desde então, têm assumido a Prefeitura Municipal de Itupiranga; sua própria esposa, ele próprio, em 2º mandato, um fiel correligionário e seu ex-secretário de educação, que também foi reeleito na última eleição. Nestes diversos mandatos, a Prefeitura tem sido reconhecida, em toda a região, por suas iniciativas voltadas para os trabalhadores rurais, dentre as quais se destacam a construção de estradas vicinais, a construção de escolas, ajuda para construção de sedes de Associação etc²⁷.

Especificamente em Rainha, são contabilizados como resultados destas práticas de solicitação junto aos políticos locais:

- Construção da estrada vicinal.
- Apoio para construção da sede da Usina de Arroz.
- Carro para transportar adubo para a horta e para o viveiro.
- Construção da escola.
- Carro para transportar os alunos de 5ª a 8ª série até a Escola de Tauriry.

Mais recentemente, foram incluídos neste cômputo os denominados projetos da farinha, do abacaxi e da lavoura mecanizada, implantados pela prefeitura no âmbito do PRONAF institucional. A rigor, o projeto de lavoura mecanizada previsto pela Prefeitura para ter início em 2001, até dezembro não havia sido iniciado em Rainha.

²⁷ Sobre a participação das Prefeituras da região e da Prefeitadas para os camponeses (HÉBETTE, 2000).

b) Projeto da Farinheira

Em 2001, com recursos do PRONAF institucional, foi construída uma casa de farinha mecanizada, com uma capacidade de produção (25 sacos/dia) superior à produção de mandioca de Rainha (Figuras 13 e 14). A farinheira será gerenciada por uma diretoria escolhida pela APPR. Estimava-se que até junho de 2002 a farinheira não entraria em funcionamento, porque os pequenos produtores estavam sobrecarregados de atividades e era necessário identificar e organizar o fornecimento de matéria-prima e a compra de lenha para o funcionamento do forno.



Figura 13. Vista frontal da casa de farinha mecanizada.



Figura 14. Interior da casa de farinha.

c) Projeto Lavoura Mecanizada

A Prefeitura iniciou, com recursos do PRONAF e outros, um amplo projeto denominado *lavoura mecanizada*, no qual está prevista a limpeza de 2 ha, em cada lote, para a agricultura e para a construção de açudes, que devem ser destinados à piscicultura. Estava prevista a inclusão de 35 famílias de Rainha: os associados da APPR.

É importante salientar que mesmo com uma placa do PRONAF em frente à farinheira, a autoria/responsabilidade do projeto é atribuída exclusivamente à Prefeitura:

Francisco B: Pra nós esta farinheira vai ser de grande valia (...) Que isso aí já foi o Benjamim (Prefeito) que trouxe. O pessoal tá lá todo dia, pedindo, pedindo. Já veio o abacaxi, já veio a farinheira, agora nós quer uma câmara pro abacaxi e prá outras coisas mais.

Sônia: E esta placa de quem é?

Francisco B: Essa placa eu não sei, parece que disseram que é da Prefeitura mesmo.

Sônia: Está escrito PRONAF ...

Francisco B: PRONAF é? Então não sei, porque o PRONAF ainda não chegou. Só como eu lhe disse, depois do projeto de PA." (entrevista realizada em 2001)²⁸.

Certamente, Francisco B está referindo-se ao que eles chamam de PRONAF de custeio, que todos os *pequenos produtores* de Rainha aguardavam com muita ansiedade. Ele em especial, porque jamais conseguiu obter qualquer forma de financiamento. Ao que parece, não são muito claras para os camponeses as informações sobre a institucionalidade dos projetos e programas governamentais, com as políticas públicas sendo, na maioria das vezes, atribuídas a iniciativas particulares e a inserção da população nestas políticas sendo percebida como derivada de relações personalizadas. Através de trecho de entrevista realizada com um integrante da Direção do Sindicato de Itupiranga, é possível perceber como a informação é assimilada, inclusive pelos Dirigentes:

²⁸ Francisco B aprendeu a ler depois que se tornou evangélico em 1994. Lê a Bíblia com alguma dificuldade e leu a placa na minha presença.

"Sônia: Eu vi lá em Rainha uma casa de farinha e tem uma placa do PRONAF. De onde vem aquele dinheiro? Como é que é aquilo?"

Dir. Sindical: É. Nós temos aquela lá em Rainha, tem uma na Lastância, tem outra no Benfica e outra no Rio da Esquerda. Esse recurso é um recurso que vem do PRONAF, que esse recurso vem via prefeitura (...) Porque tem o recurso que é pra comprar estrutura e outro que é pra fazer, ou seja, porque esse mesmo recurso é pra estrada, tem uma porcentagem lá que é pra recuperação (...)

Sônia: Mais alguma coisa foi feita com esse recurso?"

Dir. sindical: Não me lembro agora, não me recordo, não sei se foi só isso. Você pode ir lá com o Wálter (Secretário de Agricultura) ele tem tudo, ele sabe tudo, porque é a Secretaria quem aprova esses recursos aí." (entrevista realizada em 2001).

d) Projeto do abacaxi

Reunindo 16 pequenos produtores, o Projeto do abacaxi foi implantado em 2000. Consistiu no plantio de 2 alqueires de abacaxi, que foi realizado no lote de um dos integrantes do grupo. Foram colhidos 200.000 frutos e até dezembro de 2002 seriam vendidas aproximadamente 250 mil mudas. De acordo com Francisco B, o projeto foi assim implantado:

"O Z.R (pastor da Igreja Universal e morador de Rainha) fez o plano de pedir dois projetos pro Prefeito: era o projeto do abacaxi e essa farinha. Convoquemos o prefeito numa reunião aqui, junto com todo mundo. Aí o Z.R lançou o projeto pra ele e ele aprovou. Entrou com trator pra desmatar, a terra aradada, a muda e o adubo. Só que o adubo não compareceu. O adubo que veio foi duas leiras, deu prá adubar duas leiras".

Com o apoio obtido da Prefeitura, cada um dos integrantes do grupo trabalhou o equivalente a 130 diárias, com o valor da diária estimado, localmente, em R\$ 7,00. Previa-se que, no final da colheita, prevista para dezembro de 2001, cada um dos integrantes recebesse, aproximadamente, R\$ 600,00, mais um valor adicional que adviria da venda de cerca de 250 mil mudas. A produção foi considerada de excelente qualidade, descobrindo-se a possibilidade de um novo

cultivo. Todavia, o maior resultado que se contabilizava era a possibilidade de realizar o plantio de abacaxi na área que será arada, no âmbito do projeto de lavoura mecanizada acima mencionado.

O projeto mais recente que se acrescenta à lista iniciada em 1992 é o projeto de assentamento, que será tratado a seguir.

RAINHA: O PROJETO DE ASSENTAMENTO

"Veio o projeto de assentamento pra cá. Tiramos o ano passado rancho e uma parte de dinheiro. A casa, o dinheiro já chegou. É crédito de habitação; é prá casas. E vai ter terra mecanizada, vai ter PRONAF custeio. Tudo é projeto, tudo de fundo perdido".

A frase em epígrafe foi pronunciada por dona Maria B em resposta à minha indagação sobre as principais novidades de Rainha, desde a minha última estada em dezembro de 1996. Conversávamos alegremente, logo após a minha chegada, na varanda de sua casa recém-construída, e todo o assunto de nossa conversa era sobre o projeto de assentamento, à qual ela imprimia um tom de realizações e expectativas. Pode-se supor que não apenas o caráter de novidade mas, sobretudo, a importância do evento contribuía para que ele se sobrepusesse a todos os demais, condensando todo um período de 5 anos.

Era outubro de 2001 e o assunto que se comentava em Rainha era o *projeto de assentamento*. Esta prevalência do assunto traduzia-se em diversas reuniões com os integrantes da APPR e com a Direção do Sindicato e em um sem número de comentários e fofocas.

Presenciamos uma destas reuniões, realizada em 7 de outubro de 2001, e os principais assuntos da pauta, para não dizer os únicos, eram os *benefícios*. Organizada pelo Presidente da APPR, esta foi uma reunião particularmente importante para os *pequenos produtores* de Rainha e contou com a participação e liderança do presidente do Sindicato



de Trabalhadores Rurais de Itupiranga. Foi importante por dois motivos: o presidente do STR apresentou o cheque de R\$ 46.000,00 que havia sido destinado à Associação para a construção das casas (a exibição do cheque foi seguida de murmúrios e risadas) e foram discutidas as estratégias de administração da construção das casas e de administração/complementação do valor destinado a esta construção.

Nestas reuniões, tratava-se somente da situação dos associados da APPR. Como foi dito no capítulo anterior, os moradores de Rainha estão distribuídos em 2 Associações: a APPR e a Caixa Agrícola do Município de Itupiranga (CAMI). A APPR é considerada a Associação de Rainha por excelência, tanto porque foi criada por iniciativa de um grupo de moradores de Rainha quanto porque a Caixa Agrícola reúne associados de diversas localidades.

Para a APPR foram repassados recursos referentes a 33 beneficiários, sendo 32 do Assentamento de Rainha e 1 referente a um lote que fica na divisa do Projeto de Assentamento, sobre o qual não foi possível obter maiores informações. Na APPR, de fato, estão associadas mais de 60 pessoas, porque inclui marido e mulher, filhos solteiros com mais de 18 anos, ainda que não tenham lote próprio. Ao que parece, esta prática de manter vários membros de uma mesma unidade familiar associados advém da prática sindical e, sobretudo, do modo pelo qual são concedidos os *benefícios* no Sindicato, notadamente a aposentadoria. Precavidamente, todos os membros da família potencialmente beneficiários associam-se, ainda que não saibam ao certo qual o benefício. É esta mesma atitude previdente que motiva também, em alguns casos, o associar-se tanto à CAMI quanto à APPR. Nestes casos, ainda que tenha que ser pago R\$ 2,00 por mês a cada uma (quantia considerada bastante importante para este grupo), pode-se fazer uso da inadimplência e reafirmar a sua condição de associado somente nos momentos necessários.

É, pois, a partir dos *benefícios* – fomento e habitação – embutidos na política de assentamento que os *pequenos produtores* de Rainha vivenciam o projeto, sendo importante destacar os efeitos de ações/concessões concebidas para uma ocupação recente sobre um contexto de ocupação de mais de 20 anos. A partir do modo como os camponeses atualizam esta política e estes *benefícios*, é possível compreender melhor as diversas formas e mecanismos que grupos camponeses utilizam para a sua própria reprodução social.

O direito ao projeto de assentamento

Desde 1997/1998, os *pequenos produtores* de Rainha participam ativamente do que chamam *greve* – grandes e duradouras mobilizações em frente à sede do INCRA em Marabá, visando ao atendimento das reivindicações camponesas na região, especialmente título da terra, financiamento para a produção e implantação dos projetos de assentamento. Estas mobilizações, inicialmente denominadas Gritos da Terra, passaram a partir de 1998, a ser reconhecidas como *acampamentos*.

Nestas greves ou acampamentos, de acordo com o que se pode observar nos chamados *documentos de acordo* que são assinados pelo INCRA, Sindicatos, Associações e outras entidades de representação, a pauta inclui desde convênios entre INCRA e prefeituras, indicação de áreas para regularização fundiária, violência no campo, até super-faturamento de obras etc. Para os camponeses de Rainha, foram e são momentos espetaculares, durante os quais eles afirmam o máximo de sua condição social, de suas dificuldades e de seus *direitos*:

“Vem o caminhão aqui buscar nós. Nós contribui com madeira, com rancho, com o que tem. É aquele mundo de gente lá arranchado. Vem a ordem: hoje é pra ir até a estrada tal... Aí vai... É bandeira, chapéu, camiseta, o grupinho do MST gritando e o forte mesmo que é nós que temos terra e não temos condição de continuar na terra. Temos o direito da terra e não temos o direito de continuar nela. Quem ia esperar isso?”



Nós fica duas, três semanas até mais, até mais, naquele sufoco. Mas este é um direito nosso. Nós que amansamos esta mata, que bem eu nem foi muito, mas muitos deles aí, que chegaram aqui só na lama. Quem tem mais direito do que nós? Os novos que é os novos têm direito ... Nós nem se fala. Se é prá grevar nós vai e greva". (Francisco B, 2001).

"Esta terra é nossa. Tem 20 anos, tem gente com 30 anos aqui pelejando, com os bagulhos no lombo como burro. Agora que vem uma coisa pros pobres, pra nós que estamos aqui abandonados, é por causa dos nossos direitos. Dos nossos direitos de ter a terra e de ficar na terra". (Francisco M, 2001).

"Foi em 97 o primeiro ano que nós participemos. Aí, daí pra cá foi que deslançou mais, que foi criado vários projetos de assentamento, inclusive que já tinha o povo aqui, mas não tinha saído nada em termos de buscar de implantação, de buscar essas coisas aí. Daí foi que deslançou: saíram vários quilômetros de estrada pra cá e crédito – crédito de habitação, fomento. E aí foi dessa luta que saiu. Lutando, caçando os direitos, lutando, caçando e lutando" (Benício S, 2001).

Poder-se-ia citar vários depoimentos de igual teor, mas o que se quer evidenciar é como a convicção do *direito ao projeto* perpassa a prática política, fazendo emergir um discurso que não necessariamente é repetido pelas lideranças nas negociações e nas decisões que são tomadas pelas entidades de representação e pelo órgão gestor da política fundiária. Certamente, para uma população cujo único acesso a crédito, e, no limite a benefícios financeiros, em toda a sua história, esteve restrito a um pequeno grupo e a um único financiamento, no caso o FNO²⁹, a possibilidade de inclusão em um projeto que concedia dois tipos de crédito sequenciais (fomento e habitação) e ainda acenava com a possibilidade de crédito do PRONAF é e será perseguida até o limite.

"Eu já sabia desse crédito, que lá no Sindicato falava e o R. falava e nada de chegar. Eu aqui pensando comigo e com os companheiros: nós tem que ir atrás. É pra nós, é pros pobres sofridos deste campo e destas matas, de

todos este lugar. Você ainda não viu, mas é chegando gente, chegando gente, chegando gente. E não é que se manda buscar não, basta avisar" (Francisco M, 2001).

Conforme mencionado anteriormente, o que se enfatiza nos discursos sobre o projeto de assentamento não é a regularização fundiária *stricto sensu* ou as ações voltadas para o reconhecimento da propriedade, mas sobretudo os mecanismos e apoios concedidos para a melhoria das condições de vida na terra. Desta perspectiva, ou seja, no âmbito do direito ao projeto de assentamento, é que se pode entender, por exemplo, o movimento que se observou em Rainha de uma espécie de partilha antecipada do lote.

No capítulo anterior, foi mencionado que algumas discrepâncias referentes aos cadastramentos realizados pelo INCRA e ao cadastramento das Associações de Pequenos Produtores poderiam ser atribuídas às especificidades da organização social do grupo. Podem também ser entendidas como resultado da busca pela ampliação da extensão do *benefício* para um maior número de membros da unidade familiar.

No caso específico de Rainha, verificou-se que em todos os casos nos quais os filhos homens adultos trabalhavam na mesma terra do pai, esta terra, cuja propriedade é do pai, no caso chefe da família e da unidade de produção, foi apresentada para cadastramento como subdividida. Assim, os *benefícios* de fomento, habitação e outros que porventura venham a surgir poderão ser usufruídos por mais de um membro da unidade familiar, assegurando o que parece ser uma dupla recompensa: por um lado, antecipa para estes jovens solteiros ou recém-casados a partilha da terra que seria feita em momento posterior; por outro lado, através dos mencionados créditos proporciona recursos financeiros para a construção da casa (igualmente esperada para o futuro) e para a implantação de roças. Pode-se ter como

²⁹ O financiamento do FNO é considerado como único, porque é solicitado e recebido de uma única vez.



hipótese que os próprios camponeses, a partir do seu universo, tentam assegurar não apenas a melhoria das condições de vida no presente, mas também prevenir o futuro dos filhos e até netos que já antevêm como difícil, em um contexto de esgotamento da *terra livre*.

Nesta mesma direção também se coloca a iniciativa de declarar o lote em nome do cônjuge: alguns destes produtores obtiveram financiamento do FNO³⁰ e estão seguros de que não têm capacidade de pagamento para saldar a dívida. Precavendo-se contra possíveis efeitos da inadimplência, os *pequenos produtores* declaram o lote em nome do cônjuge, acreditando ser esta uma forma de não colocar em risco o seu *direito* e a sua própria condição social:

"Sônia: Lá em Belém, procurei o seu nome no cadastro do INCRA e não encontrei. Mas o senhor está cadastrado..."

Francisco M: É. A propriedade aqui, o lote está no nome de Helena O. A gente ainda não sabe o que vai acontecer com esse FNO. Nós todos pobres, do FNO não tem mais nada, o gado uma parte morreu, outra tive que vender com a Helena O doente e eu mesmo que já não agüento trabalhar. Só tem aquelas 06 cabeças. O povo sempre fala que o banco pode tomar a terra..."

Se isso é verdadeiro, pode-se ter como corolário que se amplia também o *direito* para além das condições e reivindicações imediatas: o *direito* ao projeto de assentamento podendo ser visto como a minimização antecipada dos efeitos de processos de descampanização. Talvez por esta via seja possível explicar o envolvimento político, a perseverança nos acampamentos etc., e a mediatização que se interpõe nos discursos sobre a reforma agrária e a propriedade da terra, neste contexto. Estratégias de atualização dos *benefícios* às reais condições igualmente podem ser observadas em relação ao fomento e à construção da casa.

A atualização dos *benefícios*

Ao longo do texto foi ressaltado que os créditos financeiros – fomento e habitação – distinguem-se como a ação de mais forte e de mais amplas conseqüências para os camponeses de Rainha. Embora, formalmente, o projeto de Assentamento tenha sido criado em 1999, os créditos só chegariam a partir do final do ano de 2000, sendo completados em outubro de 2001, conforme anunciado durante a reunião mencionada acima.

Em um trecho do meu diário de campo escrevi:

"é impressionante ver no verão tanta fruta: pinha, banana, abacaxi, laranja. Da outra vez que estive aqui não tinha nada, nada, nada e era quase dezembro. Agora já é outubro e tem muita coisa, muita fartura; as casas, os sítios grandes, as casas com cadeiras, enfeitadas, bem cuidadas, relógios na parede" (Diário de Campo, 10 de outubro de 2001).

Com a transcrição deste trecho, evidencia-se o impacto que causado ao pesquisador por algumas das transformações que se passaram em Rainha, posteriormente identificadas como em grande parte decorrentes do que os camponeses chamam de fomento.

a) O fomento

Os camponeses de Rainha utilizam a palavra fomento com plena desenvoltura e assim a traduzem: "*dinheiro pra comprar rancho e fazer roça*".

Em Rainha, o fomento – no valor R\$ 1.430,00 – foi concedido em dois momentos diferentes: o grupo da APPR o recebeu no final de 2000 e o da CAMÍ no segundo bimestre de 2001.

Segundo os camponeses, por determinação do INCRA, o fomento é recebido em duas partes: são "*R\$ 760,00 na mão e R\$ 570,00 de coisa*".

³⁰ É deveras providente a atitude deste grupo frente ao FNO. A rigor, ele reconhece que não tem capacidade para pagar a dívida mas parece ter certeza também que não irá pagá-la.



Pode ser observado, a seguir, como foi utilizado esse dinheiro em três unidades familiares diferentes: Francisco M, Antonia L e Francisco B.

ANTONIA L.

"Era obrigado comprar. Comprei 3 bolos de arame liso, 1 carro de mão, a marreta, a caixa de ferramenta, a marreta com as cunhas, que diz que é pra rachar madeira. Agora tão sendo tiradas as estacas de motosserra. Uma cavadeira, 2 máquinas, 2 plantadeiras, capim, 1 saco de açúcar, um fardo de óleo e umas tralhas prá casa. (...) O dinheiro eu paguei pra roçar isso aí tudinho, aí, pra plantar o capim. Aí eu meti 100 (reais) bem nesse poço (de água). Tudo mais foi nesse roçado que o dinheiro quase nem dá.

Sônia: E a senhora plantou tanto capim pra quê?

- Quando vier o PRONAF, porque tem mais projeto, viu, vou fazer a cerca, tudinho, que eu vou roçar tudinho, queimar tudinho, aí eu posso alugar. Aí já tiro o meu custo de alimentação daí, do fomento deles; eu posso alugar o pasto e tirar meu dinheirinho daí".

FRANCISCO M.

"Quer dizer que o dinheiro não foi muito. Só lá no C. (supermercado de Itupiranga) ficou quase tudo: comprei umas ferramentas, porque o C. já é nosso rancho, aí eu já deixei uma parte lá pra outros ranchos, outras coisas.

Sônia: E o resto do dinheiro?

(Sorri) Botei tudo na roça, fiz um alqueire de urucum. Comprei umas coisas aí pra mulher, pros filhos. Sabe pobre, quando aparece um dinheirinho acaba bem ligeirinho".

FRANCISCO B.

"Comprei ferramenta. Ferramenta pra enxertia, ferramenta pros meninos (os filhos solteiros adultos): foice, machado, facão. Outra parte foi de rancho e outra parte foi a Maria B que escolheu – óleo, sabão, açúcar; comprei 2 bolas de arame. Eu comprei um bocado de coisa; foi um bocado de coisinha pra casa. Dei de entrada do fogão (a gás), a primeira entrada, aí o resto eu paguei eu mesmo. Tou pagando mesmo do meu. Aí o restante do dinheiro eu rocei dois alqueires

de juquira, pagando trabalhador e aí no final acabou.

Sônia: Roçou a juquira pra quê?

- Pra fazer pasto. Tou queimando. Vamos ver se dar. Tou comigo pensando. Que quando o dinheiro do PRONAF chegar eu já tou avançado. Porque o dinheiro do PRONAF, aquele outro projeto, também não vai falhar".

Dentre as *coisinhas pra casa* incluem-se, além do fogão, 1 relógio de parede, 1 escorredor de prato, 1 porta-talher, 1 jogo de porta-mantimentos e 4 cadeiras de plástico.

A partir destes três depoimentos, é possível observar como o fomento incide: diretamente sobre a área plantada, quer seja para pasto quer seja para outro tipo de cultivo; sobre as condições de trabalho, na medida em que disponibiliza ferramentas de amplo uso (à exceção da cunha); e sobre a própria disponibilidade financeira, na medida em que permite a aquisição de mercadorias que não são produzidas pela unidade familiar (açúcar, óleo etc.)

Os depoimentos não fazem alusão, porém, a um efeito indireto do fomento, que é a circulação monetária no interior de uma economia praticamente desmonetarizada. Este fato, para uma sociedade que tem a contratação de trabalho no interior do próprio grupo camponês, como prática tradicional de arregimentação de força de trabalho³¹, parece ter resultado na internalização dos recursos financeiros do fomento no interior do próprio assentamento, potencializando a capacidade de compra e venda destes mesmos produtores.

É ilustrativo desta situação o caso de Francisco B, cujos filhos (dois homens solteiros adultos), além de trabalharem na unidade de produção do pai, realizaram diversas formas de contrato de trabalho com outros moradores de Rainha, o que lhes permitiu, em 3 meses, contabilizar quase R\$ 2.500,00 – quantia utilizada para a construção de uma nova casa e a compra de uma bicicleta.

³¹ Sobre as formas tradicionais de contratação de força de trabalho em Rainha (ABE, 1997).

É certo que a composição do grupo familiar de Francisco B contribuiu para esta super-estimação das vantagens introduzidas pelo fomento. Mas o que se quer salientar é a mudança na capacidade de produção e de consumo que se observa em Rainha, advinda da implantação dos diversos projetos, que os *pequenos produtores* reconhecem e ressaltam a cada momento³².

Na Tabela 13, em que se faz um resumo comparativo de cada unidade de produção em 1996 e em 2001, esta mudança pode ser vista.

Conforme pode-se observar na composição da produção acima mencionada, verifica-se, nas três unidades de produção, a influência dos *projetos* na diversificação dos cultivos: de um lado, a quase

Tabela 13. Resumo comparativo das produções de Benício S, Francisco B e Francisco M.

	1995/1996	2000/2001
PRODUÇÃO DE BENÍCIO S		
Área do lote	45 ha	45 ha
Nº de cabeças de gado	25	38
Cultivos permanentes:	cupuaçu, manga, caju, jaca, goiaba	cupuaçu, manga, caju, jaca, goiaba
Cultivos temporários	mandioca (250 sacas/farinha)	
PRODUÇÃO DE FRANCISCO B		
Área do lote	25 ha	24 ha
Área do pasto		10 ha
Nº de cabeças de gado		nenhum
Cultivos permanentes:	30 pés cupuaçu 1 ha urucum	100 pés cupuaçu 5 ha urucum (não deu certo) 10 pés jaca 100 pés laranja 30 pés coco 100 pés abacaxi 40 pés acerola 50 covas banana
Cultivos temporários:	2 linhas ³³ mandioca 6 linhas arroz	4 linhas mandioca 3 linhas arroz
PRODUÇÃO DE FRANCISCO M		
Área do lote	16 ha	15 ha
Área do pasto	7 ha	8 ha
Nº de cabeças de gado	21	20
Cultivos permanentes	1 linha banana	7,5 ha urucum cupuaçu (poucos pés) coco laranja acerola (poucos pés)
Cultivos temporários:	5 linhas arroz 1 linha feijão 5 linhas mandioca 5 linhas milho	2 linhas arroz 1 linha feijão 6 linhas mandioca

³² De acordo com COOPSERVIÇOS (2001), a produção anual de farinha de mandioca em Rainha é de aproximadamente 1 000 toneladas e a de arroz é de 50 toneladas. A produção de urucum chega a 5 toneladas e muitos produtores, além do cultivo de arroz e mandioca, mantêm plantios de 0,5 ha de cultivos permanentes, como cupuaçu, laranja, maracujá e coco.

³³ Linha é uma medida local que equivale a aproximadamente 0,3 ha.



especialização da unidade de Benício S, com a criação de gado facultada pelo FNO; de outro, a unidade de Francisco B, que se destaca das demais pela ênfase nos cultivos permanentes, resultado evidente do *Projeto do Viveiro*, do CAT, através do qual ele conseguiu não apenas as mudas, mas habilidade na prática de enxertia, que lhe possibilitou organizar o maior plantio de laranja de Rainha. E, conseguindo combinar os dois projetos, a unidade de produção de Francisco M, da qual se destaca o urucum e a criação de gado. Em 2001, o urucum atingiu um bom preço no mercado, tendo proporcionado um rendimento importante para Francisco M e motivado alguns *pequenos produtores* a iniciar ou expandir pequenos cultivos.

É possível observar, também, que para um contexto camponês é também significativa a progressividade da produção das três unidades: Benício S, que aumentou o seu rebanho bovino em quase 50%; e Francisco M e Benício S, que mantiveram a sua produção de cultivos temporários praticamente nos mesmos níveis e a esta acrescentaram os cultivos permanentes.

O fomento, pois, vai ser utilizado de acordo com a situação – econômica, financeira e organizacional – que se encontra cada unidade de produção familiar

no momento do seu recebimento. Logo, a diferenciação social prévia ao fomento interfere diretamente sobre o efeito a ser por ele gerado.

Neste particular, destaca-se como o espaço da casa, um espaço feminino por excelência, ganha relevo. Com o fomento, parece ter sido criada oportunidade para a aquisição de utensílios domésticos básicos e também de pequenos adornos que suavizam os tijolos aparentes ou a madeira ressequida.

São solidárias a estas mudanças na produção e ao novo patamar de consumo em que se encontram, pelo menos temporariamente, alguns *pequenos produtores* de Rainha, as fachadas das casas, bem como a sua decoração interna (Figuras 15, 16 e 17).

Evidentemente, estas mudanças não podem ser atribuídas pura e simplesmente a uma única causa, mas a este contexto, no qual se destacam os efeitos da combinação de vários projetos, como o projeto do viveiro, que facultou o aprendizado de técnicas de cultivo e a introdução de mudas de cultivos permanentes, cujos primeiros resultados agora começam a surgir. E destaca-se também o desempenho da gestão municipal em itens importantes para a pequena produção.



Figura 15. Fachada da casa em 1996.





Figura 16. Fachada da casa em 2001.

As Figuras 15, 16 e 17 são fotos de uma mesma casa. A Figura 18, cujo poço mostrado é de uma outra casa, evidencia como está sendo possível fazer pequenas construções em níveis diferentes do habitual.

Pode-se concluir, pois, que a despeito do fomento ser concebido para o atendimento a necessidades próprias da fase de instalação, os *pequenos produtores* de Rainha conseguem atualizá-lo de modo a racionalizar a aplicação dos recursos e a tornar o seu uso adequado às suas reais necessidades. Com cálculos precisos antecipam-se na tomada de decisão e acabam por imprimir uma racionalidade própria a políticas aparentemente extemporâneas e fora do lugar.

É neste contexto que se pode entender a expectativa criada em relação ao PRONAF A, e uma série de medidas antecipadas que os pequenos produtores vêm tomando para maximizar o uso dos recursos que esperam obter, como o plantio de capim, a queimada de capoeiras etc. Vale dizer, neste sentido, que todos os prazos relativos ao PRONAF haviam sido descumpridos e já havia uma mobilização prevista para assegurar o *direito* a este que é considerado também mais um *projeto*.

b) O crédito habitação

Ainda que não tenha sido possível acompanhar a aplicação do crédito habitação, por razões antes aludidas, é possível, a partir das discussões sobre a forma como estava sendo planejada a execução das casas, observar que o mesmo princípio que orientou a partilha antecipada do lote, nortearia a escolha do destinatário e o destino da própria casa. Foi possível observar o planejamento de três situações: a casa seria construída no lote e doada a um filho adulto solteiro ou recém-casado; a casa seria construída no lote para outro fim diverso de residência; e o dinheiro seria utilizado no melhoramento da casa preexistente.

Para as duas últimas situações, discutia-se principalmente qual a melhor forma de atender às exigências do INCRA em termos de execução da planta, emissão de notas fiscais de material etc. À preocupação com estas exigências acrescentava-se a preocupação com a insuficiência dos recursos concedidos para tal fim. Tratava-se de R\$ 2,5 mil considerados absolutamente insuficientes para a execução da planta imposta pelo INCRA (Figuras 21 e 22). A insuficiência de recursos não permitia a colocação de piso e a construção de instalações sanitárias e ainda implicava que os



Figura 17. Detalhe da decoração da casa, 2001.

beneficiários contribuísssem com a extração de areia no leito do rio Tocantins e o seu transporte até o lote e toda a mão-de-obra necessária à construção, além de um único pedreiro que seria contratado no âmbito do projeto.

Para a maioria destes *pequenos produtores* o modelo da casa, segundo eles, imposto pelo INCRA, difere de suas casas habituais, seja em termos de área, seja em termos de disposição e quantidade de cômodos. Conforme é possível visualizar nas Figuras 19 e 20, destaca-se especialmente, entre as diferenças, a disposição do espaço privado das casas, mesmo se tomadas em conta as plantas das casas menores, como o eram as casas de 1996.

Duas observações eram salientadas frente a este modelo, segundo os moradores de Rainha, imposto

pelo INCRA: a primeira dizia respeito à ausência de divisão entre a sala e a cozinha e a segunda às instalações sanitárias no interior do espaço da casa:

"Você já viu o modelo da casa? Hum, hum,... Disse que a cozinha chegou tá dentro (...) Onde já se viu, mulher, hum, hum (Dona Maria B)

A mulherada aí tá falando da cozinha, quer dizer, que eu penso que não é mesmo pra cozinhar. Quem quiser (cozinhar) vai ter que fazer uns puxados lá atrás.

Sônia: E o sanitário?

Você acredita? Quem que vai fazer? Isso é coisa deles lá..." (Francisco B)

Durante o período desta pesquisa, as casas ainda não haviam sido construídas, de modo que pouco se pode avançar neste sentido. Todavia, chamava a atenção dos moradores de Rainha, também, a simplicidade da fachada, que parecia evocar o modelo das casas mais precárias, próprias de situações mais difíceis, como o era a situação e a fachada de 1996 (Figura 22).

"Não vou dizer que não é nada, mas é muito pouquinho. Olha a casinha. Só dá mesmo pra começar, pros meninos aí... No papel tá desenhado, é aquilo pobretinho..." (Francisco B)

É uma casinha pra pobre mesmo. Você já viu no papel. Mas que pro governo, que pros pobres é que precisam mesmo. Quem pode vai ajudando..." (Francisco M)



Figura 18. Poço.

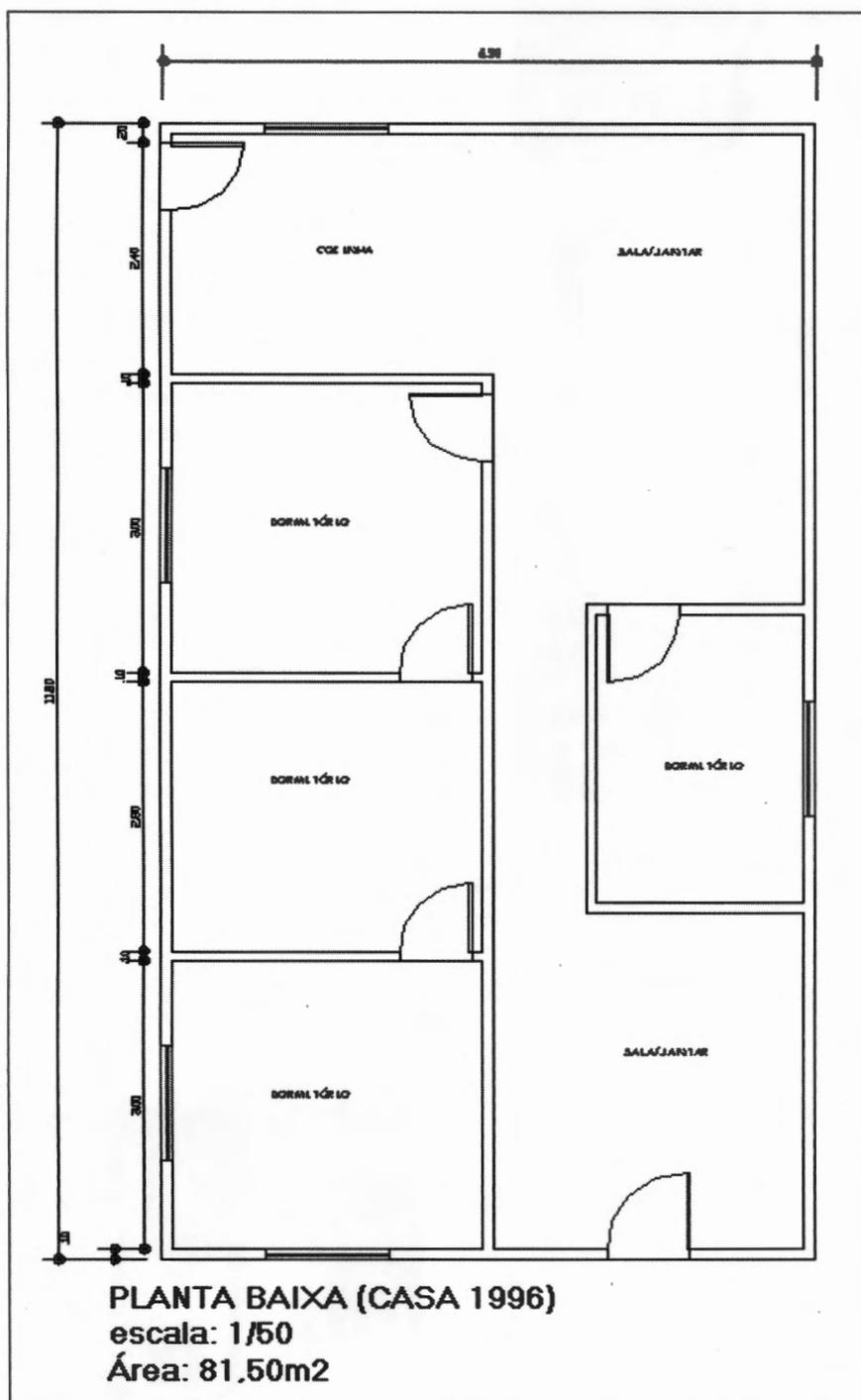


Figura 19. Planta baixa da casa de Francisco B, em 1996.



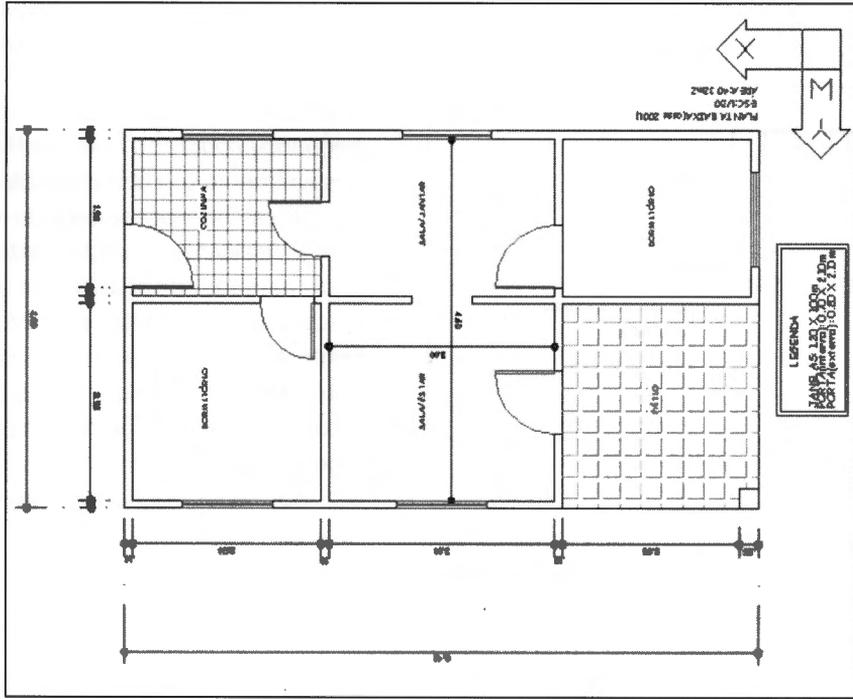


Figura 20. Planta baixa da casa de Francisco B, em 2001.

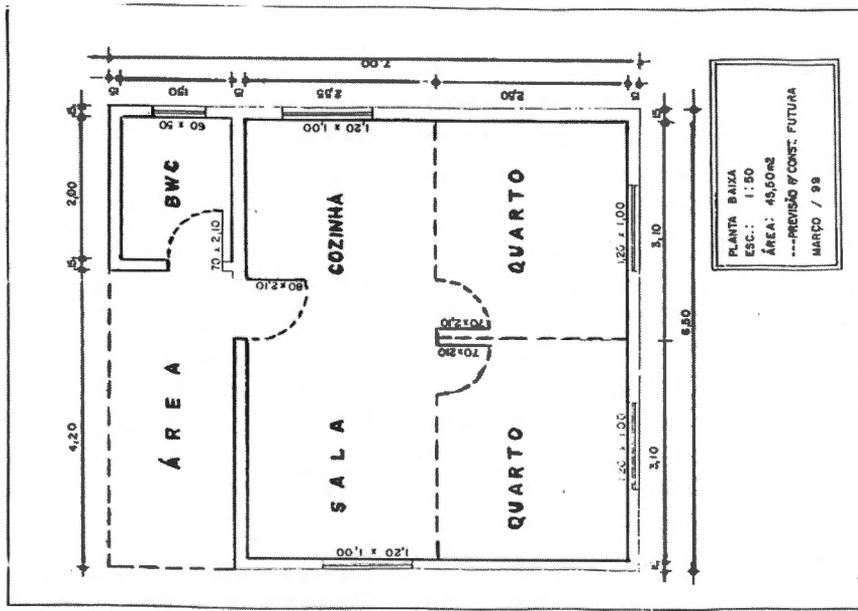


Figura 21. Planta baixa da casa, imposta pelo INCRA.





Figura 22. Fachada da casa imposta pelo INCRA.

Na literatura sociológica, diversos autores têm chamado a atenção para as relações existentes entre morfologia e organização social, notadamente para a simbologia contida nos espaços (BOURDIEU, 1977, 1993). É possível ter como hipótese, pois, que a construção da casa exigirá ainda outros tipos de atualização, não apenas em termos de cálculo econômico, mas sobretudo no que diz respeito ao uso, à delimitação e à representação do espaço.

Conforme se tentou demonstrar ao longo deste texto, para os *pequenos produtores* de Rainha, o projeto de assentamento insere-se em um universo no qual a questão do título legal da terra não se coloca prioritariamente. A anterioridade das lutas pela posse e ocupação da terra, em mais de duas décadas, subsume a questão da apropriação às lutas cotidianas para produzir, reproduzir-se e continuar na terra. A conquista dos *direitos*, que estas lutas permitiram assegurar, faculta o deslocamento das reivindicações e das expectativas para além da conquista da terra *stricto sensu*. A ocupação da terra e o *direito à terra* é uma pré-condição que eles já viveram. Isto é, trata-se agora de manter a condição social em níveis e em formas que assegurem o presente da unidade familiar e o futuro de pelo menos uma geração para a qual a categoria *direitos* parece perder cada vez mais o seu lugar. Ao longo

do texto, tentou-se trabalhar também com o conceito de *camponês*, procurando marcar o sentido da orientação das práticas daqueles moradores que, não acidentalmente, se autodenominam *pequeno produtor*. O caso de Rainha, aqui analisado, possivelmente seja útil para mais uma vez se repensar as políticas homogeneizadoras e em descompasso com as realidades. O esforço feito pelos camponeses, aqui chamado, de atualização das políticas, parece evidenciar o esforço coletivo para se interpor frente ao Estado e se impor como ator. Como no mito de Sísifo, tendo, cada vez, de carregar e recolocar a pedra. Desta perspectiva, parece ser a sabedoria oriunda da prática a responsável, mais uma vez, por repor, não apenas as idéias, mas as ações no lugar.

REFERÊNCIAS

- ABE, Marlene Naoyo. 1997. *O Trabalho Contratado nas Estratégias de Reprodução Social dos Agricultores de Rainha*. Belém: UFPA/MPEG. Mimeo.
- BOURDIEU, Pierre. 1977. *La Mayson Kabyle*. [S.l.:s.n.].
- BOURDIEU, Pierre. 1993. *La Misère du Monde*. Paris: Éditions du Seuil.
- CHAVES, Antonio Braga e. 1990. *Do Lago Vermelho a Itupiranga: uma história para as crianças*. [S.l.]: Prefeitura Municipal de Itupiranga.
- COOPSERVIÇOS. 2000. *Carcaterização Geral do PA Rainha*. [S.l.:s.n.]. Mimeo.
- COOPSERVIÇOS. 2001. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do PA Rainha*. [S.l.:s.n.].
- COUDREAU, Henri. 1980. *Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas*. São Paulo: Eds. Itatiaia e Edusp.
- D'INCAO, Maria Conceição; MAGALHÃES, Sonia; HEBETTE, Jean. 2002. *Reprodução Social do Camponato na Amazônia: relações personalizadas e constituição do espaço público*. In: MAGALHÃES, Sonia; HEBETTE, Jean. *Vivendo a Terra Ocupada*. Belém: UFPA/MPEG.
- EMMY, Marília. 1984. *A Oligarquia dos Castanhais*. Belém: UFPA.
- ESTERCI, Neide. 1984. *Cooperativismo e Coletivização no Campo: questões sobre a Prática da Igreja Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- GUAPINDAIA, Aloysio Antonio Castelo. 1997. *Estudo Exploratório sobre a Criação de Gado em uma Sociedade Camponesa na Amazônia: o caso de Rainha, Município de Itupiranga, Pa*. Belém: UFPA/MPEG. Mimeo.

- HEBETTE, Jean (Org.). 1991. **O Cerco Está Se Fechando**. Rio de Janeiro: FASE, Vozes, UFPA.
- HEBETTE, Jean; NAVEGANTES, Raul. 2000. (Orgs.). **CAT: Ano Décimo – etnografia de uma utopia**. Belém: UFPA.
- IANNI, Otávio. 1979. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes.
- IBGE. 2000. **Censo demográfico 2000: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE. •
- INCRA/SIPRA. 2001. **Cadastro do Projeto de Assentamento Rainha/Cadastro dos Beneficiários do Projeto de Assentamento Rainha**. [S.l.:s.n.]. Mimeo.
- INCRA/IICA. 2001. **Informações Preliminares para a Formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Sul e Sudeste Paraense**. [S.l.:s.n.]. Mimeo.
- IDESP. 1987. **Pará Agrário**, Belém, n. 2, jan./jun.
- IDESP. 1987. **Pará Agrário**, Belém, n. 3, jul./dez.
- MAGALHÃES, Sonia. 1996. O desencantamento da Beira: reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES, Sonia; BRITTO, Rosyan; CASTRO, Edna. (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG/UFPA/ Associação das Universidades Amazônicas.
- MAGALHÃES, Sonia. 2000. Projeto de Intervenção em uma Sociedade Camponesa: uma leitura sobre hortas comunitárias. In: HEBETTE, Jean; NAVEGANTES, Raul (Orgs.). **CAT: Ano Décimo – etnografia de uma utopia**. Belém: UFPA.
- MAGALHÃES, Sonia. 2002. **A vivência da Reforma Agrária – Sudeste Paraense**. Brasília: IICA/NEAD. Relatório de Pesquisa. Mimeo.
- MAGALHÃES, Sonia. Direitos e Projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS.
- MAGALHÃES, S.; HEBETTE, J. (Orgs.). 2002. **Vivendo a Terra Ocupada**. Belém: Edufpa/Museu Goeldi. Monografias sobre reprodução social do campesinato na Amazônia. CD-Rom.
- MARTINS, José de Souza. 1984. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, J.S. (Org.). 2003. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS.
- TONETO, Bernardete. 2000. **Frei Henri dês Roziers**. São Paulo: Salesiana.
- VELHO, Otávio Guilherme. 1972. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Zahar Eds.

Recebido: 13/07/2004
Aprovado: 19/10/2004



Anexo 1. Infra-estrutura do Assentamento Rainha.

No PA, a infra-estrutura física, econômica e social é composta de uma estrada que interliga Rainha, ao Norte, com Santa Tereza do Tauiry e, ao Sul, com Itupiranga, recentemente reconstruída; e 1 escola, a única edificação pública no local. Não há telefone.

a) Estradas e Transporte

Além da estrada Santa Tereza do Tauiry, Itupiranga, com cerca de 15 kms, que se encontra em estado de boa conservação, porque foi re-construída em 2000 (recursos PRONAF institucional), há duas vicinais, também reformadas, que dão acesso à Transamazônica.

Dois carros particulares (1 kombi e 1 D-20) funcionam como transporte coletivo e fazem a linha Santa Tereza-Itupiranga, com incursões esporádicas pelas vicinais internas do loteamento.

Há o ônibus dos estudantes, fornecido pela Prefeitura, que faz o trecho Rainha-Santa Tereza às 17 horas, para conduzir os alunos de 5ª a 8ª séries.

b) Eletrificação e Eletrodomésticos

Recentemente, foi implantada a eletrificação em Santa Tereza do Tauiry e a linha de transmissão, que se apóia sobre postes de madeira, acompanha a estrada acima mencionada.

Dois moradores, em 2001, já haviam feito a interligação para suas casas, por conta própria; isto é, assumindo todos os custos de transmissão e de transformador (um é professor da escola e outro é um vereador que comprou o lote e tem uma espécie de chácara no local). Além destas duas casas, dois moradores têm gerador próprio. Nestas casas há televisão e outros eletrodomésticos, como geladeira e liquidificador.

c) Serviço de Água

Não há distribuição de água. Todos os moradores utilizam água de poço ou do igarapé. Apenas o vereador e mais 5 ou 6 moradores têm uma caixa d'água, mas há uma outra caixa, que abastece a usina de arroz.

d) Escolas

Há apenas 1 escola funcionando em Rainha. Até 2000, haviam 2 escolas localizadas em pontos estratégicos do assentamento. Entretanto, Lei do MEC impossibilitou o funcionamento das 2 escolas e foi feita a junção. Isto tem trazido problemas para as crianças que precisam deslocar-se de toda a área do PA e não há meios de transporte. Esta Escola funciona até a 4ª série do ensino fundamental e tem dois professores. Os alunos de 5ª a 8ª estudam em Tauiry, com o apoio de transporte fornecido pela Prefeitura.

e) Prédios Públicos e Coletivos

A escola é o único prédio público governamental do local e funciona em uma área cedida por um antigo morador. Nesta mesma área há 1 Igreja Evangélica, recentemente construída; e uma Igreja Católica, em ruínas.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rainha (APPR) não tem sede e as reuniões são feitas na Escola.

Não há pontos comerciais. Há uma outra área, também cedida por um morador – primeiro delegado sindical – onde foram construídas a usina de arroz (projeto CPT) e a casa de farinha (recursos PRONAF institucional); também neste local foi implantado o viveiro de plantas (projeto CAT).

Não há Posto de Saúde, mas há 1 agente de saúde.

